



Quercus

AMBIENTE



AMEAÇAS À CONSERVAÇÃO DA NATUREZA EQUILIBRAR AS PERDAS

Páginas 8_9

ENTREVISTA A MIGUEL ARAÚJO ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E IMPACTES NA BIODIVERSIDADE

Páginas 4 a 6

ALQUEVA 14 ANOS DEPOIS DO ENCERRAMENTO DAS COMPORTAS IMPACTOS CONTINUAM A SOMAR-SE

Página 7

SUPLEMENTO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Página 15 a 18

Mecenas Principal



Mecenas Jornal



REFORMA DA FISCALIDADE VERDE: OPORTUNIDADE PARA PORTUGAL ENFRENTAR OS DESAFIOS DO “PÓS-TROIKA” ASSENTE NUM NOVO PARADIGMA DE SUSTENTABILIDADE

Direção Nacional

Terminou no passado dia 15 de agosto o período para consulta e discussão pública do Anteprojeto de Reforma da Fiscalidade Verde, no seguimento do trabalho desenvolvido pela Comissão nomeada pelo Governo, e que tem a responsabilidade de formular propostas que contribuam para uma revisão global da fiscalidade ambiental e energética. Ao longo dos últimos meses a Quercus teve oportunidade de participar nesta discussão e elencar alguns pontos e áreas que lhe parecem importantes, esperando desta forma poder contribuir para uma melhoria das propostas a serem feitas ao Governo.

Considera, por princípio, a Quercus que é muito positivo que se promova uma fiscalidade verde que estimule uma melhoria do desempenho ambiental dos cidadãos e das organizações, e que deve ter como objetivo principal alterar comportamentos em prol do Ambiente, a nível global, num sentido positivo e com um bom nível de aceitação por parte da sociedade. Será por isso muito importante nesta reforma transmitir de um modo claro e pedagógico aos cidadãos os objetivos principais da mesma, assim como as suas medidas práticas em particular, pois no contexto social presente, de dificuldades económicas e de grandes sobretaxas em aplicação, caso a mensagem não passe de um modo correto aos cidadãos e à sociedade, a Reforma arrisca-se a ser vista como mais um conjunto de sobretaxas a aplicar à população. Por outro lado, e apesar de ser a intenção do Governo nortear esta Reforma pela lógica de uma “neutralidade fiscal”, numa perspetiva global do sistema fiscal, é igualmente fundamental que também ao nível dos cidadãos exista esta noção de “neutralidade fiscal”, e estes se apercebam que para além da compensação direta que existe com benefícios para o Ambiente, mas que muitas vezes não é facilmente percebida nem imediata, existe também uma compensação financeira imediata que é atribuída às ações positivas, à semelhança do caráter imediato da aplicação da taxa. Para isso, torna-se muito importante que de uma forma geral se aplique um formato de benefício ou taxa reduzida para um comportamento/ação que incida sobre o mesmo item em análise, de forma a que a noção de “neutralidade fiscal” seja também entendida ao nível dos gestos e atitudes dos cidadãos e não apenas como algo que tem a ver com o sistema fiscal.

Oportunidade da Reforma e participação da Quercus

Relativamente à oportunidade, este é sem dúvida o momento adequado e oportuno para a implementação duma reforma desta natureza, ainda que com um atraso de vários anos. Esta reforma poderá alterar o paradigma de estrutura do sistema fiscal, que necessitava de ser alterado e adequado a este novo século. É uma mudança que já outros países na Europa e no Mundo fizeram, mas que Portugal teve de adiar pelas circunstâncias económicas vividas pelo país e que tornariam ainda mais difícil a discussão do tema. Encontramo-nos num momento de mudança onde o futuro do país não se pode basear num crescimento meramente económico e financeiro, mas tem de incorporar outros critérios vitais para a sustentabilidade do próprio sistema. Portugal ainda está a pagar decisões políticas e investimentos inadequados com enormes prejuízos económicos e ambientais, com os quais devemos aprender. Assim, tem sido objetivo da Quercus participar nesta importante discussão sobre a Reforma da Fiscalidade Verde, a qual, por todos os motivos já elencados, é de extrema importância para o futuro da nossa sociedade. Para além dos contributos mais recentemente enviados durante o período de consulta e discussão pública do Anteprojeto da Reforma, no seguimento do convite da Comissão de Reforma da Fiscalidade Verde aquando do início dos seus trabalhos, foi possível remeter nessa fase à Comissão alguns pontos e áreas importantes, de forma a contribuir para uma melhor reflexão e um debate sobre a temática. Da mesma forma, a Quercus participou numa reunião presencial com a Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde tendo em vista apresentar e debater as suas propostas, num Colóquio promovido pelo Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e na Apresentação Pública do Anteprojeto de Reforma da Fiscalidade Verde, para além de outros momentos de discussão sobre o tema.

Propostas apresentadas no Anteprojeto de Reforma da Fiscalidade Verde

O conjunto de 40 propostas apresentadas no Anteprojeto de Reforma da Fiscalidade Verde é, na sua maioria, adequado e reflete de forma equilibrada o trabalho técnico e empenhado desenvolvido pela Comissão ao longo destes últimos meses. O princípio base de incorporar o custo de um conjunto de externalidades (custos ambientais) no sistema fiscal é uma mudança fundamental e necessária para uma sociedade moderna, onde faz sentido aproximar os custos ambientais de quem os causa. Das várias sugestões anteriormente apresentadas pela Quercus, é de destacar que a Comissão tomou em consideração algumas delas nas suas propostas e recomendações, nomeadamente as que

EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO ALGARVE PODERÁ COLOCAR EM RISCO O PATRIMÓNIO NATURAL E O FUTURO DO TURISMO ALGARVIO

Direção Nacional

A Quercus mostra-se muito preocupada com as notícias vindas a público de que estará iminente a exploração de gás natural e de petróleo no Algarve, prevista já para 2014, a apenas 8 quilómetros da costa portuguesa. Segundo a imprensa, os estudos de prospeção realizados ao longo de 2012 apontam fortes possibilidades de existência de reservas de gás natural e de petróleo passíveis de serem exploradas comercialmente.

A 21 de Outubro de 2011, foi assinado um contrato para a concessão de direitos de prospeção, pesquisa e produção de petróleo nas áreas designadas por “Lagosta” e “Lagostim”, áreas marinhas em alto mar em frente ao Parque Natural da Ria Formosa e à Reserva Natural do Sapal de Castro Marim. Esta situação é ainda mais preocupante quando se sabe que não foi realizado qualquer estudo de impacto ambiental, nem ponderadas quaisquer medidas de minimização dos impactos ou medidas de atuação em caso de eventuais desastres ambientais (p. ex., derrame acidental de petróleo no mar). É importante salientar que o impacto de um eventual acidente que ocorra numa exploração deste género, mesmo que pontual, afetaria irreversivelmente ecossistemas únicos e frágeis, bem como diversas espécies, incluindo aves marinhas, baleias e golfinhos.

De salientar que a costa algarvia não está suficientemente protegida em caso de derrame petrolífero e, em caso de ocorrência de uma maré negra semelhante à que aconteceu em 2010 no Golfo do México, as consequências seriam catastróficas para milhões de pessoas e para o futuro do Algarve, pois toda a costa algarvia seria afetada durante muitos anos. É importante não esquecer que o Algarve é o destino turístico mais importante do país, tendo-se verificado, a título de exemplo, em 2012, 10,8 milhões das 39,8 milhões de dormidas registadas em Portugal, de acordo com dados do Turismo de Portugal. Mais ainda, esta atividade económica é responsável por 8% das exportações nacionais de bens e serviços e por 60% do emprego a nível regional. Um eventual derrame traria, inevitavelmente, não só perdas económicas incalculáveis para esta indústria (em particular para a atividade hoteleira e todos os serviços conexos, como os desportos marítimos), mas também mancharia para sempre a imagem da região como destino turístico de referência mundial. A pesca é uma atividade igualmente importante no Algarve, estando hoje intimamente ligada à indústria turística, pelo que um derrame acidental de hidrocarbonetos iria também causar inúmeras perdas de recursos e de postos de trabalho. A Quercus considera que um projeto desta natureza deve ser muito bem justificado do ponto de vista económico e se os ganhos imediatos daí



Rina Bohui

Fiscalidade Verde

têm a ver com a criação de um incentivo à utilização de transportes públicos, ao uso da bicicleta e de veículos movidos a combustíveis alternativos, e à oneração dos produtos que são mais impactantes no ambiente e não contribuem para a descarbonização da nossa economia. Também algumas propostas da Quercus tais como a discriminação positiva dos municípios com territórios integrados em áreas classificadas e a possibilidade de consignação do IRS a ONGAs foram contempladas neste documento, à semelhança de certamente muitos outros contributos de várias outras organizações, o que mostra bem a importância da participação pública alargada neste tipo de processos. Contudo, em algumas áreas temáticas, a Quercus considera que a Comissão poderia ter ido um pouco mais além e ser mais ambiciosa nas propostas que faz (ou que não chega a fazer), uma vez que será de extrema importância que os decisores políticos sejam confrontados com propostas mais abrangentes e de diferentes áreas, dado que todas estas se interligam e têm impactos no Ambiente, seja a curto, médio ou longo prazo. Ainda que se entendam as limitações fiscais que existem no nosso país, algumas das quais emanadas a nível da Comunidade Europeia, a Quercus considera que deveriam figurar entre as propostas da Comissão algumas tão fundamentais como a discriminação fiscal positiva sobre quem exerça a atividade agrícola de uma forma respeitadora do Ambiente, a diferenciação do imposto que incide sobre os produtos alimentares provenientes de modos de produção sustentável (como a Agricultura Biológica) e os produtos provenientes de agricultura intensiva, a discriminação fiscal positiva para as florestas de espécies autóctones com maior valor para a conservação do solo, da biodiversidade, dos recursos hídricos, da fixação das populações e da multifuncionalidade dos serviços que prestam como ecossistemas, assim como os incentivos fiscais para as práticas agrícolas, florestais e turísticas sustentáveis desenvolvidas dentro das áreas protegidas. A Quercus espera que a Comissão de Reforma da Fiscalidade Verde possa ainda até ao próximo dia 15 de setembro, data da entrega ao Governo do Projeto de Reforma, melhorar as suas propostas fruto dos contributos que recebeu nesta fase de consulta e discussão pública, de modo a tornar este documento algo de verdadeiramente estruturante e uma referência para a tomada de decisões na área da Fiscalidade Verde. Por outro lado, e uma vez que será tarefa final do Governo avaliar e decidir sobre as medidas constantes desta Reforma, de modo a aplicar algumas delas no Orçamento de Estado para 2015, será importante que todo o trabalho desenvolvido pela Comissão tenha reflexos práticos e que prevaleça uma visão de futuro, de modo a que o nosso país possa enfrentar os desafios do “pós-Troika” assente num novo paradigma de sustentabilidade. 🌱

derivados são relevantes para o país, compensando potenciais riscos que podem existir, não só do ponto de vista económico, mas também ambiental e social, em caso de acidente. Para além disso, a Quercus exige que sejam cumpridas todas as normas legais de proteção ambiental, nomeadamente em sede de avaliação de impacto ambiental. Mesmo assumindo que, caso se torne realidade, a exploração de combustíveis fósseis em Portugal possa contribuir em pequena parte para reduzir as importações – sobretudo no setor dos transportes, fortemente dependente do petróleo – é fundamental que exista respeito pela transparência e salvaguarda dos recursos naturais e paisagísticos, o que não parece verificar-se até esta altura. Ressalve-se que, caso este projeto avance no Algarve, será um ponto claramente desfavorável e contraditório ao modelo de desenvolvimento seguido nas últimas décadas para a região, assente essencialmente num turismo de qualidade, com valores naturais e paisagísticos de relevo. A confirmação da futura exploração de petróleo no Algarve seria um péssimo “cartão de visita” para a região e para todo o país, com reflexos negativos a médio e a longo prazo, que poderiam colocar em causa o Algarve como destino turístico de referência. 🌱



Vee TEC

Exploração de Petróleo

REFLEXOS DE UM VERÃO COM OS ERROS DO COSTUME

Este mês de Setembro é para a grande parte das famílias portuguesas o mês de regresso ao trabalho depois de umas merecidas férias. É certo que nem tudo o que está relacionado com o Verão tem a ver com a praia, o campo ou o lazer e seria natural nesta altura salientar problemas tão graves típicos desta estação, tais como o cenário de desertificação que se vai agravando gradualmente em Portugal, os incêndios florestais que por esta época marcam presença quase contínua no território nacional ou a qualidade do ar no centro das grandes cidades, que infelizmente continua a deixar bastante a desejar. Mas claro que para a maioria das pessoas, o Verão continua a ser sinónimo de algo bastante agradável, de férias, de novas rotinas e de partida para locais distantes do seu dia-a-dia, mas também, inevitavelmente, de ocupação de novas áreas do território destinadas ao turismo. E essa questão vai ao encontro do principal tema deste “Quercus Ambiente” – a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, um tema de grande importância dado que um dos maiores problemas ambientais que continuamos a enfrentar actualmente é a perda global de biodiversidade. Sendo inquestionável a acção humana na maioria das causas que levam a este declínio global da biodiversidade, torna-se fundamental alterar comportamentos, assim como conservar e valorizar o património natural que ainda nos resta, de forma a garantir o futuro de espécies e habitats, que permitam a salvaguarda de um património que temos o dever de preservar para as gerações vindouras.

E uma vez que falamos de Verão e de férias, e sendo o Algarve um destino turístico de referência no nosso país, é precisamente daí que surge um exemplo que pode continuar a ser referido quando falamos no sempre difícil e desequilibrado conflito entre a ocupação turística de massas e a conservação dos valores naturais: a Lagoa dos Salgados. A Lagoa dos Salgados é uma zona húmida situada nos antigos sapais de Pêra, concelho de Silves e tem-se tornado nos últimos anos num dos locais de observação de aves mais visitados do Algarve. Esta área serve de refúgio a várias espécies de aves aquáticas, sendo de destacar a ocorrência do Flamingo, do Colhereiro, da Íbis-preta, do Arrábio e do Caimão. Durante vários anos, o trabalho meritório de algumas Associações teve como objectivo conservar e valorizar esta área, porém, o Governo, através de uma Declaração de Impacte Ambiental Favorável Condicionada, viabilizou a construção de um novo empreendimento em redor de parte da Lagoa, facto que poderá trazer futuramente sérios impactes negativos à conservação dos seus valores naturais. Num cenário em que vemos mega-empreendimentos vizinhos construídos nos últimos anos a ficarem muito aquém da sua capacidade máxima ao nível de utentes, será lógico que se questione sobre a sustentabilidade deste tipo de grandes projectos, a serem implementados praticamente na mesma área, e que trazem uma pressão muito considerável sobre ecossistemas frágeis, como é o caso, podendo colocar em risco os seus valores ambientais. 🌿



Nuno Sequeira

TEMPO DE ANTENA DA QUERCUS

Passou na RTP, no passado dia 28 de julho, Dia Nacional da Conservação da Natureza, o tempo de antena da Quercus. Pode ver o vídeo aqui:

<http://vimeo.com/102014467> 🌿

PORQUE A EXTINÇÃO É PARA SEMPRE!

Direcção Nacional

Está a decorrer uma campanha para proibir a caça da Rola-brava em Portugal apoiada pela Quercus- Associação Nacional de Conservação da Natureza, pelo Geota- Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, pelo FAPAS- Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens, pela SPEA- Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e pela LPN- Liga para a Protecção da Natureza (fundamentalmente na questão da Rola-brava). De nome científico *Streptopelia turtur*, a Rola-brava ou Rola-comum está a desaparecer a um ritmo preocupante em Portugal e na Europa, estimando-se que a sua população tenha decrescido 70% nos últimos 10 anos. Em Portugal, o mês de agosto é tipicamente marcado pela abertura da época da caça à rola, período que é coincidente com a época de nidificação desta espécie migradora atualmente ameaçada de extinção. Esta espécie estival distribuía-se outrora por todo o país, especialmente na região Norte, ocorrendo em áreas florestadas e em terrenos agrícolas adjacentes. Apesar dos alertas feitos sucessivamente por várias associações ambientalistas e algumas organizações do setor cinegético, no sentido de alertar publicamente os responsáveis políticos para o risco de extinção da Rola-brava, nada tem sido feito. Existe, na verdade, um Plano de Gestão da União Europeia para a Rola-brava, em vigor desde 2006, ao abrigo da Diretiva Aves, que prevê medidas urgentes como a publicação anual de estatísticas credíveis da atividade de caça; o desenvolvimento de um modelo populacional preditivo para calcular o abate anual sustentável ou ainda o estudo do sucesso reprodutor e da mortalidade invernal, bem como dos fatores que os afetam. No entanto, a presença da Rola-brava continua a decrescer a um ritmo galopante, sucumbindo a ameaças como a destruição de habitat, a perseguição nas áreas de nidificação e invernadação ou a já referida caça excessiva. A irresponsabilidade e insensibilidade demonstrada nesta matéria pelos sucessivos governos pode contribuir, no curto prazo, para uma situação de extinção da Rola-brava em Portugal. A Quercus apela a todos que assinem a petição dirigida à Ministra da Agricultura e ao Ministro do Ambiente e exijam a proibição da caça à Rola-brava. 🌿



Rola-brava

a Miguel Araújo



Natalia Melo

Miguel Bastos Araújo nasceu em Bruxelas em 1969. É um dos líderes mundiais no estudo das alterações climáticas e dos seus impactos na biodiversidade. Publicou cerca de 170 artigos em livros e revistas internacionais sujeitas a arbitragem científica. Os seus artigos foram citados mais de 21000 vezes (índice $h = 63$), o que, de acordo com o Institute for Scientific Information (ISI), o coloca entre os investigadores mais citados na área da ecologia e do ambiente. Em 2013 foi galardoado com três prémios internacionais. Miguel Araújo é professor catedrático do Imperial College de Londres e investigador principal do Consejo Superior de Investigaciones (CSIC) do Museu de Ciências Naturais de Madrid. É ainda professor catedrático convidado e coordenador do pólo do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO) na Universidade de Évora.

“A NATUREZA HUMANA MANTEVE-SE IMUTÁVEL NUM E NOUTROS TEMPOS.”

Enquanto investigador de referência na área da conservação da natureza e da biodiversidade, tem levado a cabo uma série de estudos que têm um inquestionável valor científico e uma grande importância ao nível desta temática. Quais são neste momento os maiores trabalhos em que está envolvido e que publicações mais recentes destacaria no seu percurso?

A minha investigação procura determinar as causas da distribuição das espécies: porque ocorrem em determinados lugares e não em outros? Esta questão é tão antiga como a ciência da biogeografia mas atualmente ganhou proeminência pois é essencial para compreender os efeitos das alterações climáticas na biodiversidade. O meu trabalho não se desvia deste objectivo e estou particularmente envolvido em estudos que procuram prever os efeitos futuros das alterações climáticas na distribuição das espécies. Durante quase duas décadas trabalhei no desenvolvimento de modelos que relacionam distribuições de espécies com aspectos do clima, assumindo que o clima é um dos determinantes mais importantes das suas distribuições. Esta abordagem tem sido questionada por alguns investigadores com base na ideia de que outros factores, como as interações entre espécies, poderão limitar de forma significativa as distribuições das espécies. Para dar resposta a estes questionamentos estou a liderar um ambicioso programa de investigação que procura compreender de que forma as interações entre espécies modificam a resposta das espécies ao clima em escalas locais, regionais e globais. Por exemplo, se uma espécie A, interage com uma espécie B e C, será a sua resposta a modificações do clima diferente de se interagisse apenas com espécie B, ou não interagisse com nenhuma delas? E de que forma a escala geográfica afecta a importância destas interações? Esta não deixa de ser uma abordagem clássica, dado que o objectivo continua a ser o entendimento da dinâmica da distribuição das espécies. Uma forma mais inovadora de colocar a questão é: de que forma afecta o clima as interações entre as espécies? Temos alguma evidência de que a quantidade de energia disponível nos ecossistemas determina o tipo de interações que neles possam existir. Esta é uma ideia que, a ser comprovada, abriria novas portas para entender e prever a dinâmica dos ecossistemas à luz da teoria dos sistemas complexos desenvolvida na Física.

Uma das grandes questões que se prende com o trabalho académico que é desenvolvido nas Universidades é o uso da informação produzida, para a tomada de decisões mais acertadas por parte dos nossos decisores. Considera que neste aspecto, e no que diz respeito à área do Ambiente, Portugal tem tido um comportamento adequado ou, pelo contrário, as opções políticas tomadas reflectem pouco e/ou tardiamente o trabalho científico produzido, considerando até que muitos dos titulares de cargos políticos emanam do meio académico?

Portugal não é diferente de outros países nesta matéria. Há um desfazamento natural entre o progresso científico e a sua aplicação. No caso da área do ambiente, especialmente na área da conservação, esse desfazamento é talvez maior pois a pressão social para melhorar a

eficácia das políticas é limitada. Por outro lado, há que estar consciente que a racionalidade científica inerente a decisões de política ambiental não é o único tipo de racionalidade em causa no processo de decisões. Mas esta seria uma longa conversa sobre o papel e os limites da ciência no processo de decisão política.

A perda global de biodiversidade é um dos maiores problemas ambientais que vivemos actualmente. Contudo, é uma questão que não aparece aos olhos da opinião pública como algo de prioritário e muitas vezes a população não entende que depende inteiramente da biodiversidade para a sua sobrevivência.

A perda global da biodiversidade coloca questões éticas profundas. Mas para que estas questões fossem alvo de preocupação social generalizada teriam de estar incorporadas na nossa cultura. Ninguém se questiona em Portugal sobre a oportunidade de preservar o Palácio de Mafra ou o Mosteiro dos Jerónimos. A defesa do património construído, ainda que insuficientemente financiada, é compreendida pela maioria da população pois faz parte da nossa cultura a preservação da memória dos nossos antepassados. A preservação da história evolutiva do planeta é algo que requer um nível de consciência que ainda não está generalizado a toda a população. Não faz parte da nossa matriz cultural.

Também há argumentos utilitários, como sejam os serviços que a biodiversidade presta ao equilíbrio do planeta e, de forma indireta, à economia. Este é um argumento forte mas pode ser uma faca de dois gumes por dois motivos. Primeiro porque é de difícil quantificação. Há casos relativamente fáceis como sejam o serviço que os polinizadores prestam à agricultura mas há outros mais difíceis, como o ciclo de nutrientes. Segundo, porque se nuns casos é fácil identificar os serviços que alguns elementos da biodiversidade providenciam, em muitos outros não é. Que serviço presta o Lince-ibérico aos ecossistemas Mediterrâneos? Possivelmente nenhum dada as suas baixas densidades e o facto de os coelhos serem predados por muitas outras espécies. Levado ao extremo, a perspectiva utilitária poderia sustentar o argumento que alguma perda de biodiversidade considerada redundante para determinados serviços de ecossistemas poderia ser aniquilada a bem de outros interesses económicos. Por exemplo, se o enfoque fosse nos serviços que a floresta presta na retenção de carbono, poderia justificar-se a plantação de eucaliptos por todo o território mesmo que isso conduzisse à extinção da flora nativa.

Porque será que isto acontece? Foi o nosso modelo de desenvolvimento que levou as sociedades ocidentais a ignorarem a importância de todas as restantes espécies ou existem outras razões?

Não creio que o problema seja exclusivo do modelo ocidental. Temos casos de vagas de extinção causadas pela humanidade, que precedem a época atual. Por exemplo, há cerca de 11.500 anos as comunidades

indígenas caçaram até à extinção 73% dos géneros de grandes mamíferos na América do Norte (o Bisonte gigante, o Cavalo-selvagem, o Urso-de-cabeça-curta, o Mamute, o Mastodonte, o Gato-de-dentes-de-sabre, o Camelo-selvagem, etc.). O mesmo se passou há cerca de 8.000 anos na América do Sul com a extinção de cerca de 80% dos géneros de grandes mamíferos (armadilhos gigantes, capivaras gigantes, etc.). Este padrão repete-se sempre e quando, no passado, os humanos se instalaram em locais não habitados, ou pouco habitados, atuando como espécie invasora. Em Madagáscar cerca de 17 lemures (um deles com o mesmo peso de um gorila) e a famosa Ave-elfante foram dados como extintos por ocasião da primeira ocupação humana, cerca de 500 anos antes de Cristo. O mesmo aconteceu na Nova Zelândia quando os polinésios maoris se instalaram há apenas 600 anos. Pensa-se que o canibalismo nesta tribo terá começado, por desespero, após o grande processo de extinção por eles operado. Poderia continuar com exemplos na Austrália, no Haváí e mesmo na Europa mas o padrão repete-se. Desengajem-se os que atribuem as grandes extinções de origem humana apenas ao neolítico, aos descobrimentos, à revolução verde, à revolução industrial, ou à era moderna em que vivemos. A diferença fundamental entre um tempo e outro é eficiência destrutiva da tecnologia e a amplitude das transformações. A natureza humana manteve-se imutável num e noutros tempos.

Como lhe parece que conseguiremos preservar a biodiversidade com uma população humana que se aproxima rapidamente dos 9.000 milhões de pessoas e necessita de cada vez mais espaço e de ter acesso a recursos que são, na sua maior parte, finitos?

Essa é a pergunta do século. Não creio que tenhamos a resposta nem creio que a resposta, a existir, seja simples. Na prática, se quisermos travar a perda de biodiversidade teremos de apostar num “cocktail” de medidas que incluam o aumento de eficiência na produção de alimentos, uma redução “per capita” do consumo humano, uma racionalização do comércio internacional e das políticas energéticas, um melhor ordenamento das atividades socioeconómicas, uma melhor articulação destas atividades com os espaços naturais importantes, etc.. Estes objectivos só serão possíveis com melhores políticas locais e regionais mas também com a implementação de mecanismos de governança globais, pois os problemas globais não podem ser apenas resolvidos localmente. Nada disto é de simples implementação e se somarmos o modesto peso político que as políticas de ambiente têm na atualidade, o cenário fica pouco animador. De todos os modos é sabido que as taxas de natalidade diminuem com o desenvolvimento humano. Um desenvolvimento humano mais equitativo tenderia a reduzir a pressão demográfica no médio prazo, desta forma aliviando a pressão no meio natural; especialmente quando acompanhadas de uma racionalização do consumo e dos mecanismos de produção.



Natália Melo

O workshop “Conservation Planning for the 21st Century” foi realizado em Maio, no Convento da Arrábida, com o objectivo de discutir as práticas científicas dedicadas à gestão e à conservação da Biodiversidade e como as metodologias científicas podem auxiliar nas decisões políticas sobre o tema.

No âmbito das grandes batalhas que travam actualmente para travar a extinção de espécies, temos em Portugal e em Espanha o exemplo do Lince-ibérico. Tendo em conta o plano de conservação desta espécie, e agora que se começam a revelar as áreas seleccionadas em Portugal e os critérios usados para libertar os primeiros animais nascidos em cativeiro, o que pensa como investigador e coordenador de um estudo sobre a influência das alterações climáticas na distribuição futura desta espécie, sobre as opções tomadas?

O trabalho que tem sido feito para a conservação do Lince tem sido exemplar. É um trabalho pouco comum de coordenação envolvendo equipas de dois países. É também um trabalho que integra valências de reprodução assistida, reintrodução e gestão de habitat. Tanto do ponto de vista político como do ponto de vista técnico é um exemplo de profissionalismo na área da conservação.

Não obstante, o que o nosso estudo veio revelar é que os efeitos das alterações climáticas não estavam a ser consideradas nos planos de reintrodução que incidiam principalmente em áreas da metade sul da Península Ibérica, próximas



Natália Melo

O encontro foi promovido pelo pólo de Évora do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO-UE) e contou com a participação de diversos investigadores internacionais.

das atuais populações, e que isso conduziria a estratégias de reintrodução do lince pouco eficazes no médio e longo prazo. Ao invés, se fossem também consideradas reintroduções em áreas da distribuição histórica da espécie, na metade norte da Península Ibérica, as perspectivas de persistência do lince seriam significativamente mais animadoras no final do presente século.



Miguel Matias

Na Herdade da Mitra, pertencente à Universidade de Évora, estão instaladas 32 charcas artificiais para a realização de experiências sobre o impacto das alterações climáticas nos ecossistemas aquáticos. Ao todo, 192 charcas artificiais estão instaladas em seis locais da Península Ibérica. A investigação faz parte do projecto “Conservação da Biodiversidade num Mundo em Mudanças”, financiado pelo programa InAlentejo.



Wouter Beukema

A monitorização em campo faz parte de uma experiência mais ampla sobre o impacto das alterações climáticas em espécies de lagartos da Península Ibérica. A investigação faz parte do projecto “Conservação da Biodiversidade num Mundo em Mudanças”, financiado pelo programa InAlentejo.



Cláudio UE

O desenvolvimento de modelos teóricos é parte fundamental na investigação dos efeitos das alterações climáticas na biodiversidade.

Portugal fez recentemente a proposta de extensão da sua plataforma continental a uma área de 2.100.000 km², podendo a jurisdição nacional vir a estender-se a 4.000.000 km², ou seja, a cerca de 40 vezes a área terrestre de Portugal e a cerca de 1% da superfície líquida da Terra. No nosso país fala-se abundantemente de proteger e valorizar adequadamente o espaço marítimo que está sob nossa jurisdição, mas a verdade é que, para além de textos estratégicos e discursos políticos, pouco ou nada é concretizado. Acha que, como sociedade, estamos preparados para assumir esta gigantesca responsabilidade ou que, no caso concreto, se trata de uma ambição fragilizada pela crónica escassez de meios e recursos que alojamos a estas tarefas, a começar pelo facto de termos uma Marinha Portuguesa sem capacidade de fiscalização de uma área tão vasta?

Não é a primeira vez na nossa História que temos um território maior do que aquele que conseguimos gerir. Quando dividimos o mundo em dois, no âmbito do Tratado de Tordesilhas, a nossa autoridade nos territórios por nós reclamados foi posta em causa, principalmente pelos ingleses, que argumentaram que só se detinha aquilo que se conseguia efetivamente gerir. Isso forçou os portugueses a expandir a sua presença em África mais além dos portos inicialmente criados para exportar matéria prima para a metrópole. Não obstante, dada a nossa fragilidade demográfica, acabámos por perder a maior parte do território.

Poder-se-ia argumentar que a analogia não é perfeita pois atualmente existe mais segurança jurídica, no quadro da União Europeia, mas a verdade é que as fronteiras dos Estados não são perenes e que a estabilidade das fronteiras está diretamente associada à efetiva presença do Estado nesses territórios. Se não formos capazes de gerir e preservar o espaço marítimo sob nossa jurisdição é natural que, mais tarde ou mais cedo, ele seja reclamado por outros.

Pese embora exista uma convergência de pontos de vista entre a comunidade científica relativamente aos efeitos das alterações climáticas em Portugal, a verdade é que continua a persistir uma elevada incerteza associada aos fenómenos climáticos que aconselhariam a implementação de uma rede de monitorização LTER (long-term ecological research), a nível nacional, focada em sítios pouco intervencionados e vocacionada para a deteção de alterações utilizando espécies, habitats e ecossistemas sentinela mais sensíveis (climatic hotspots). A comunidade científica não deveria estar já unida em torno desta necessidade, criando uma metodologia consensualizada e uma proposta de operacionalização da mesma?

Há várias metodologias que podem ser usadas para detectar mudanças. Se devemos apostar num LTER de amplo espectro geográfico e amplo horizonte temporal, ou em experiências controladas mais limitadas no espaço e no tempo e com objectivos mais precisos, ou no desenvolvimento tecnológico na área da detecção remota, ou numa combinação de uma ou mais estratégias de observação da vida, são questões em aberto. Num mundo ideal deveríamos fazer tudo mas sabemos que não vivemos num mundo ideal e se comprometermos verbas numa medida A, não teremos verbas para uma medida B, pelo que se impõe uma análise de custos e benefícios que não me sinto qualificado para fazer. De todos os modos, se compararmos o montante das verbas gastas na observação de outros planetas, nomeadamente em programas que visam descobrir vida extraterrestre, com as verbas gastas para observar o nosso planeta e a vida que nele reside, compreendermos que existe um desequilíbrio surpreendente. Ou seja, creio que há um argumento forte para melhorar os mecanismos internacionais de observação da vida na Terra com base no princípio de que só se pode gerir aquilo que se conhece.

Acompanha certamente a problemática das várias questões ambientais que afectam globalmente o nosso planeta. Quais lhe parecem ser actualmente os grandes desafios com que nos deparamos e acha que estarão os nossos decisores (nacionais e internacionais) preparados para os enfrentar? Teremos os recursos adequados, face à dimensão dos problemas identificados?

O diagnóstico dos grandes problemas está feito e inclui aumento da pressão humana nos ecossistemas, através de um incremento da pressão demográfica e do consumo. Esta pressão humana traduz-se numa destruição e fragmentação de habitats naturais, em alterações climáticas globais e na propagação de espécies invasoras. Estamos preparados e temos recursos suficientes para os enfrentar? A resposta óbvia é não. A resposta menos óbvia é que talvez não fossem necessários tantos recursos para resolver os grandes problemas da humanidade se não estivéssemos a financiar, com o erário público, os mecanismos que geram esses problemas. Ou seja, há muito caminho a percorrer ao nível da melhoria dos processos de decisão e da introdução de critérios ambientais em políticas transversais.

E relativamente ao papel dos cidadãos na definição e exigência de boas políticas ambientais no âmbito da sociedade que vivemos... Acha que a sociedade está suficientemente mobilizada para estas questões e que participa de forma devidamente organizada e persistente em acções e iniciativas que digam respeito às várias temáticas ambientais? O que poderia ser diferente?

Há sociedades mais mobilizadas que outras e a nossa não se caracteriza por ter fortes tradições de mobilização cívica. Como se altera isso? Sinceramente não sei. Quando era mais jovem dediquei muitos anos à atividade associativa. Consegui alguns êxitos de mobilização mas eram todos dependentes de um muito forte empenhamento individual. Era, de certo modo, uma mobilização cívica artificialmente mantida pela energia que despendíamos uns quantos abnegados. Naturalmente, isto não é sustentável no longo prazo pois os "carolas" têm fases e não duram sempre. Suponho que a solução passe pela profissionalização dos processos de mobilização cívica que nem sempre é comum nas ONGAs Portuguesas. ❄

QUER TOON



MICROSCÓPIO

José Paulo Martins

ALQUEVA - 14 ANOS DEPOIS DO ENCERRAMENTO DAS COMPORTAS, IMPACTOS CONTINUAM A SOMAR-SE À MEDIDA QUE SE INSTALAM OS BLOCOS DE REGA

Catorze anos depois do encerramento das comportas da barragem de Alqueva e quase 20 após a decisão política que levou à construção deste empreendimento, este continua a ser um projecto cheio de incógnitas quanto à sua viabilidade económica futura e onde os impactes ambientais se somam à medida que se instalam as infraestruturas do sistema e o regadio intensivo se alarga aos novos blocos de rega incorporados no sistema.



Dinis Cortes

Albufeira do Alqueva

Impactos mal avaliados

Não esqueçamos que este foi um projeto onde se tomaram decisões políticas sem que estivesse devidamente avaliada a sua viabilidade económica e onde muitos dos impactos ambientais só foram devidamente estudados após a aprovação e início das obras de construção. A albufeira de Alqueva submergiu 25.000 hectares ao longo de centenas de quilómetros de linhas de água, incluindo o rio Guadiana e troços importantes dos seus afluentes, destruiu áreas significativas de montado de azinho e sobro, escarpas e galerias ribeirinhas, habitats que se perderam assim de forma irremediável. Outro ponto importante que não foi devidamente estudado foi o impacto ambiental decorrente do facto deste projeto incorporar um transvase entre as bacias do rio Guadiana e do rio Sado, visto que boa parte dos perímetros de rega se situam na bacia hidrográfica deste último rio. Também a jusante do empreendimento se registam impactos que podem ser significativos e que não foram devidamente estudados na altura própria. Referimo-nos à afluência de caudais que passaram a ser mais regularizados e deverão sofrer redução, à diminuição no aporte de sedimentos e ao avanço da cunha salina com impacte ao nível da fauna e flora da zona estuarina. Isto numa área que está classificada como Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Sto. António, ZPE - Zona de Protecção Especial para Aves e como sítio RAMSAR (zona húmida de Importância Internacional). Sendo os estuários áreas importantes como berçários para muitas espécies também o impacte na pesca na zona costeira adjacente é evidente. Por outro lado a redução do aporte de sedimentos, que já se fazia sentir mercê do grande número de barragens existente na bacia hidrográfica, especialmente em Espanha, pode ter impacto na erosão costeira em praias tanto do lado português como nas praias da província de Huelva em Espanha, a nascente da foz do Guadiana. Todas estas falhas e omissões nos estudos levaram na altura as ONGAs - Organizações Não Governamentais de Ambiente, a efectuar uma queixa junto da Comissão Europeia, que foi perfeitamente condescendente com a situação e se contentou com as respostas vagas e alguns pseudo-estudos que foram depois elaborados e entregues em Bruxelas.

Transformação da paisagem com grande impacto ambiental

Agora, vinte anos depois, com muitas das infraestruturas já construídas e muitas outras em fase de obra é tempo de assistirmos aos impactos da reconversão das culturas tradicionais para o regadio, processo este que acarreta alteração nos habitats existentes (áreas de cerealicultura, pastagens, montados e olivais tradicionais) e um acréscimo significativo na utilização de agroquímicos e consequente poluição dos solos com perda de matéria orgânica, salinização e poluição das massas de água superficiais e aquíferos subterrâneos. Numa altura em que estão em fase

de instalação os blocos de rega e suas infra-estruturas associadas, temos já uma grande parte da área prevista infraestruturada, num total que atingirá os 118.000 hectares em 2015 e são notórios os efeitos numa paisagem em que imperam os olivais intensivos e super intensivos, campos de milho, vinhas, papoila, e outras culturas que implicam aplicações sucessivas de herbicidas e outros agroquímicos cujos efeitos na biodiversidade, no solo e nos aquíferos superficiais e subterrâneos devem ser monitorizados e estudados. É evidente em muitos locais, o desaparecimento da biodiversidade que conhecíamos, o efeito de ravinamento nos terrenos, resultado da ausência de vegetação espontânea destruída pelos herbicidas e a destruição de galerias ripícolas em várias linhas de água, situação que não se restringe apenas aos blocos de rega de Alqueva mas também a muitas outras áreas onde se estão a instalar estes projetos agrícolas intensivos. Numa região onde tanto se fala do problema da desertificação, que já afecta de forma evidente muitos dos solos em áreas de substrato xistoso parece agora ser a vez dos Barros de Beja serem explorados até à exaustão.

2.500 milhões de euros e muitas questões em aberto

Neste empreendimento foram já gastos cerca de 2.000 milhões de euros e outros 500 serão gastos para terminar a sua instalação. Com um custo imenso que ultrapassará os valores previstos, com um impacto ambiental em crescendo, continua por garantir a sua viabilidade a longo prazo no que toca a variáveis fundamentais. Por um lado no que toca à quantidade de água disponível, face às tendências que os estudos e os modelos apontam em termos de alterações climáticas e ao aumento do consumo na sub-bacia espanhola. Por outro lado no que toca à qualidade da água face ao natural aumento da salinidade e transporte de nutrientes, o que trará implicações ao nível da qualidade de água na albufeira (eutrofização do sistema) e à salinização dos solos com consequente perda de produtividade. Quanto aos custos de produção associados ao consumo de água, a verdade é que o preço, apesar de já ser subsidiado é alvo de críticas por parte de alguns utilizadores, mesmo que ainda não contemple de todo os custos ambientais associados ao empreendimento e as necessidades de intervenções futuras diversas em termos de compensação e minimização do impacto ambiental. Um custo que também tem a ver com as necessidades em energia que são significativos - apesar do sistema gerar energia eléctrica - pois a água tem de ser elevada primeiro em 90 m a partir da albufeira de Alqueva para a albufeira dos Álamos e depois ao longo do sistema que no total comporta 47 estações elevatórias, para além de 69 barragens, reservatórios e açudes. Muito se falou das medidas de compensação e minimização que estavam previstas no projecto mas na realidade muitas delas não passaram do papel e outras foram implementadas de forma incipiente. Muitos estudos relativos a fauna e flora estão ainda a decorrer ou em fase de conclusão, plantas raras e ameaçadas como *L. ricardoii* ou *N. cavanillesii* carecem de intervenções concretas no terreno, corredores ecológicos previstos não foram implementados e peixes exóticos e plantas infestantes ameaçam a albufeira de Alqueva. Assistimos por outro lado ao debate entre a EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas de Alqueva - actual responsável pela implementação e gestão do sistema, e as associações de regantes, relativamente ao futuro da gestão do sistema. Veremos se depois de acabar esta injeção contínua de capitais, sejam fundos comunitários, sejam nacionais, o sistema se mantém viável independentemente de quem faça a gestão. O que exigimos é que as medidas previstas para minimização dos impactes da agricultura intensiva sejam aplicadas e que se fiscalize de forma eficaz as intervenções em linhas de água, o arranque e conversão de montados, e a utilização desregrada de agroquímicos.

Um Alentejo mais preparado para os impactos do futuro

Por tudo isto, tal como o afirmámos há 15 anos atrás, Alqueva continua a ser um exemplo acabado dum projeto que contraria o desenvolvimento sustentável. Não colocamos em causa a necessidade de utilizar a água do Guadiana mas somos críticos relativamente à dimensão da albufeira e dimensão da área de regadio que lhe está associada e às práticas agrícolas intensivas que derivam da aposta neste tipo de agricultura. O Alentejo como outras regiões necessita dum modelo de desenvolvimento assente numa perspectiva de longo prazo, que respeite a diversidade de sistemas agrosilvopastoris adequados ao clima e solos da região, que permita a conservação do solo e dos sistemas biológicos, criando condições que permitam maior resiliência às alterações climáticas que podem vir a afectar a nossa região de forma dramática. 🌱



Regadio do Alqueva - condutas

J.P. Martins

TEMA EM DESTAQUE

Paulo Lucas
 Coordenador do Grupo de Trabalho de Biodiversidade

EQUILIBRAR AS PERDAS



Nos últimos anos, o crescimento económico foi potenciado pelas sucessivas políticas públicas de endividamento a prazo, alicerçadas sobretudo na dinamização do mercado imobiliário pelo sector financeiro, as quais abriram caminho à ocupação e à degradação de vastas áreas territoriais do nosso país. Municípios e Administração Central, muitas vezes esquecendo deliberadamente as normas basilares do ordenamento do território, permitiram e incentivaram agentes sem escrúpulos na sua tarefa de destruição sistemática dos solos, de artificialização e fragmentação da paisagem, gerando impactes de longo prazo e passivos ambientais para as gerações seguintes. Neste frenesim sem regras, a degradação irreversível de solos agrícolas de qualidade assume particular gravidade, pois estes terrenos constituem reservas estratégicas para a produção de alimentos em caso de emergência e quaisquer actos que visem a sua destruição ou utilização para outros fins que não a agricultura, a produção animal ou a produção florestal com espécies autóctones, não são aceitáveis numa sociedade moderna e civilizada, que procura salvaguardar a sua sustentabilidade.



Paulo Lucas

As pedreiras provocam impactes paisagísticos significativos e fragmentam os habitats. Também o recrudescimento da actividade mineira em curso terá os mesmos impactes, aos quais devem ser adicionadas a poluição das águas.

Percebe-se hoje que muito do endividamento autárquico foi gerado no pressuposto de que as receitas futuras seriam suficientes para cobrir os custos inerentes à gestão urbanística de áreas cada vez mais vastas e dispersas pelo território. O problema estava - e continua a estar - na fórmula de captação de receitas que é utilizada pelas autarquias, assente na emissão de licenças de construção e na captação de impostos relacionados com o edificado (IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis) ou com a transacção de imóveis (IMT - Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis). Esta situação criou uma verdadeira "adição" e fez com que a alteração do uso do solo passasse a ser a norma, quase sempre potenciada por negócios encapotados e de contornos legais duvidosos. Chegados ao presente e sem que se tenha encontrado qualquer solução para o problema, os resultados estão à vista de todos: para além da ausência de políticas de reabilitação dos aglomerados populacionais existentes, geraram-se gigantescos prejuízos no sector financeiro (o grande apostador na especulação imobiliária) que levaram ao resgate da banca e do sector, com todas as implicações que estamos a vivenciar.



Dominigos Paachho

Ainda há em Portugal cursos de água muito poluídos, devido a actividades económicas que continuam a laborar ilegalmente, sendo habitual ocorrerem mortalidades massivas de peixes.

Se continuarmos a nada fazer e não agirmos no curto prazo, ficaremos com um património edificado ainda mais degradado, condenado ao abandono e a gerar custos sem qualquer receita associada, que contribuirão para uma aflicção ainda maior nas contas das Autarquias Locais e para tornar as dívidas ainda mais insustentáveis. Acresce, para piorar a situação, que a legislação de impacto ambiental foi sempre defeituosamente aplicada e vista apenas numa lógica de derrogação, não cumprindo minimamente uma hierarquia de mitigação assente em princípios elementares como sejam:

- Evitar ou prevenir os impactos negativos;
- Minimização dos danos e reabilitação dos seus efeitos, no caso de impactes que não possam ser evitados;
- A compensação, como ultima ratio.

O problema é que as chamadas "opção zero" (evitar) raramente foram opção, tornando os processos de avaliação de impacto ambiental e as respectivas consultas públicas numa farsa que têm servido apenas para justificar de forma "legal" os interesses dos promotores que foram entretanto conluídos junto dos decisores políticos, enquanto as medidas de compensação, ou não existiram, ou não foi fiscalizada a sua aplicação no terreno, ocorrendo mesmo uma irresponsabilidade epidémica nesta matéria que contaminou as diversas autoridades. Perante este laxismo, o território foi ocupado, de forma sistemática, por barreiras e obstáculos que fragmentam os ecossistemas

e impedem que haja conectividade funcional entre as diversas áreas naturais nucleares e entre os ecossistemas de permeio, gerando quebras no fornecimento de serviços (benefícios) dos ecossistemas essenciais à sociedade. Porém, esta situação não seria tão grave se mesmo as áreas nucleares de conservação, onde se incluem as diferentes áreas classificadas, não tivessem sido elas próprias alvo de derrogações ilegais, levando a que habitats e espécies protegidas por lei fossem destruídos para satisfação de interesses privados em detrimento do interesse público. A Quercus teve mesmo que recorrer, num passado recente, a um grande número de acções judiciais, com vista a garantir a salvaguarda dos valores naturais e a reposição da legalidade. Como é notório toda esta situação deriva, em parte, do facto da autoridade nacional de conservação da natureza persistir em actuar, desconhecendo onde se situa uma parte significativa dos valores naturais. Isto porque, há 17 anos atrás, de forma apressada e irreflectida, se delimitaram e seleccionaram as áreas que viriam a integrar a Rede Natura 2000, e só depois houve a preocupação de verificar se estavam lá os habitats e as espécies listadas nos anexos das Directivas Habitats, um erro grave que permanece sem ser corrigido e pelo qual se continua a pagar um elevadíssimo preço.

E, sem falar na absoluta necessidade de designar mais Sítios, porque ainda há espécies e habitats insuficientemente representados, podendo mesmo citar-se situações caricatas como as dos Sítios Carregal do Sal ou Alvito/Cuba, que comprovam que muito haverá a fazer para a Rede Natura 2000 em Portugal seja bem gerida e respeitada. No primeiro caso, de um total de 9.554 hectares apenas um quarto da área possui valores naturais relevantes, sendo os outros três quartos ocupados apenas por monoculturas florestais; no outro caso, tanto quanto se sabe, a espécie da flora *Linaria ricardoii*, um endemismo lusitano ameaçado, não se encontra presente no interior dos limites definidos para o Sítio criado especificamente para a sua conservação. Podiam aqui ser referidas muitas outras situações que carecem de uma ponderação consequente, mas fica a pergunta: não seria mais sensato possuímos uma Rede Natura 2000 com uma área mais reduzida e delimitada, seleccionando e cadastrando adequadamente uma amostra dos valores naturais em estado de conservação mais favorável e melhor protegida legalmente, em vez de possuímos quase um quarto do nosso território marcado por limitações várias à actividade económica e à mercê das constantes derrogações facilitadas pelos decisores políticos a quem consegue gerar as influências necessárias? Esperemos que os compromissos assumidos no próximo quadro comunitário possam contribuir para melhorarmos o conhecimento existente sobre o nosso património natural para que, com base nessa informação, possamos, de forma exigente, séria e responsável, repensar a implementação da Rede Natura 2000 em Portugal para que esta sirva o propósito para que foi criada, que é tão somente o de assegurar a conservação dos habitats naturais e de espécies da flora e da fauna selvagens. Convém no entanto referir que esta reflexão não poderá, nem deverá, ser desligada da implementação das Infra-estruturas Verdes ao nível da União Europeia, sob pena de continuarmos a olhar para uma parte significativa do território como ilhas desconectadas do restante território e de não conseguirmos evitar a perda de biodiversidade, persistindo no erro, tantas vezes inculcido pela classe política, que é o de considerar que o ordenamento do território é um luxo que o país não pode suportar.

Por outro lado, mesmo as decisões políticas em alguns sectores de actividade, como a produção de energia, a extracção de massas minerais e de minérios, a agricultura e as florestas, criaram fortes impactes ambientais no território que irão perdurar por décadas. A continuação injustificada da construção de grandes barragens, da instalação de parques eólicos em locais desadequados, o fomento do regadio sem uma correcta análise custo-benefício, a proliferação de pedreiras ou a "nova" aposta na exploração mineira e na exploração de gás natural e petróleo, são exemplos de opções políticas de Estado que, em muitas situações, pressionam as Áreas Classificadas promovendo a erosão costeira, a destruição dos solos, a fragmentação da paisagem e dos ecossistemas.

O exercício que fizemos no mapa que acompanha este texto, a que chamámos pontos negros, dá-nos uma perspectiva, ainda que não exaustiva, da proliferação de impactes e de passivos ambientais que ficarão a cargo das gerações vindouras. Identificámos assim alguns impactes sobre os ecossistemas e a biodiversidade, representados com ícones, como, por exemplo, a promoção da construção ilegal, do turismo massificado, a não resolução de problemas relacionados com a poluição da água, a expansão da agricultura intensiva com recurso a agro-químicos, proliferação de espécies invasoras, a construção de barragens e de parques eólicos em locais sensíveis ou a erosão costeira potenciada por factores humanos.

Neste contexto, é necessária uma nova abordagem às políticas de gestão territorial, de forma a impedir que mais espaços naturais e semi-naturais sejam sujeitos a alterações significativas do uso e que, paralelamente, exista uma orientação clara de política pública que aposte no restauro de espaços degradados em vez de promover a sua degradação e artificialização.

Por outro lado, na nova geração de planos directores municipais e na regulamentação da nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio), deverá ser implementado o princípio de que qualquer alteração do uso do solo deve ser precedida de uma prévia reabilitação ou regeneração de uma área degradada em área superior à área alvo de alteração, sendo que esta seria uma forma de conter a expansão urbanística ou prevenir a geração de impactes ambientais duradouros e criar políticas municipais activas de valorização do suporte físico dos territórios, nomeadamente restaurando os serviços de suporte e dos sistemas naturais, corrigindo passivos ambientais ou valorizando a paisagem.

De salientar que não estamos a falar de algo teórico, de algo que não tenha sido objecto de experimentação com obtenção de resultados. Este princípio foi já adoptado com resultados positivos no âmbito da aplicação do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 57/2010, de 12 de Agosto) e permitiu que as áreas degradadas pela exploração de massas minerais fossem restauradas em troca da instalação de novas explorações ou da ampliação das já existentes.

Embora sejamos favoráveis à não aplicação deste princípio em áreas classificadas, porque estas não devem ser objecto de alterações do uso do solo que subvertam os objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade, constatamos que esta solução permitiu já recuperar 32,5 hectares de áreas degradadas pela exploração de pedreiras, esperando-se que estes valores possam ser incrementados a breve trecho.

Finalmente, a implementação deste princípio criaria uma nova dinâmica imobiliária, mas desta feita positivamente associada à reabilitação de áreas degradadas, gerando com isso novos proveitos para todo um conjunto de empresas locais e para um rol de técnicos consultores especialistas em reabilitação e engenharia natural. Também significaria um novo olhar sobre o território que tem estado arredado das mentalidades dos nossos decisores políticos, sempre preocupados em criar a ideia, infelizmente já muito generalizada junto dos cidadãos, que a protecção do ambiente e o ordenamento do território são os grandes entraves à competitividade da nossa economia e à criação de emprego, quando se sabe que são outros os factores que contribuem para que estejamos longe de atingirmos resultados aceitáveis em diversos domínios. 🌱



Paulo Lucas

As barragens, apesar de parecerem áreas naturais, são massas de água artificiais que causam fortes impactes na biodiversidade e na qualidade da água, impedem o transporte de sedimentos e são grandes emissoras de gases com efeito de estufa.



sebastião oliveira

A agricultura intensiva com uso indiscriminado de agro-químicos está a expandir-se em vastas áreas potenciada por uma política errada de incremento do regadio, sem atender aos efeitos previsíveis das alterações climáticas.

NÚCLEO DE BRAGA

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Oficina de Multiplicação de Plantas - Enxertia_Tiago Moreira

O Núcleo de Braga organizou, no dia 12 de Julho, uma oficina de multiplicação de plantas, na Quinta Pedagógica de Real, em Braga. Esta oficina teve a orientação técnica do Engº Nelson Lima que, pela sua experiência e entusiasmo com que aborda a temática, foi uma mais-valia para as 14 pessoas que nela marcaram presença. Depois de uma breve explicação dos vários métodos utilizados na multiplicação de plantas, deu-se primazia às técnicas de enxertia. Esta técnica é uma das mais utilizadas em fruticultura, e pode ser efectuada de diversas formas e em distintas épocas do ano. Sendo operações que requerem algum conhecimento e prática, para uma execução bem-sucedida, os formandos tiveram oportunidade de a praticarem em pequenas árvores de fruto gentilmente fornecidas pelo formador.



Oficina de Enxertia

Visita do Projecto Rios_Ana Cristina Costa

O projecto Rios implica a adopção de um troço de 500 m de uma linha de água e o Núcleo de Braga tem duas adopções, ou seja, tem os primeiros 500 m a contar da nascente do rio Este e tem os últimos 500 m do ribeiro de Pinheirinho, antes de desaguar no Cávado.

Fomos fazer a visita da Primavera, já tardia, no domingo, 13 de Julho, de manhã, dado o tempo não ter estado convidativo nos últimos meses, e mesmo assim chovia! Dos quatro elementos da equipa dois eram estreates, pelo que havia necessidade de maior atenção aos procedimentos mas o tempo não ajudou.

O que temos a destacar é que junto da foz do ribeiro de Pinheirinho houve um aumento exponencial de espanta-lobos (árvores localmente conhecidas por fogueteiros, devido ao seu aspecto) e, na nascente do Este, fomos ver o local onde na última visita tínhamos constatado que estava a haver muita erosão associada a eis que encontramos a área florestada... de eucaliptos.

Foram duas visitas desmotivadoras, e o tempo não ajudou!



Projecto Rios - Ribeiro de Pinheirinho

Curso de Agricultura Biológica na Escola EB 2, 3 de Celeirós_Ângela Pereira

Este ano a Quercus recebeu um pedido de colaboração da Escola EB2,3 de Celeirós- Braga para realizar uma edição especial do curso de Agricultura Biológica naquele estabelecimento de ensino. Os objetivos do projeto daquela escola eram, em 1.º lugar, colocar professores e encarregados de educação a aprender como fazer uma horta biológica. Em 2.º lugar, chamar a atenção dos alunos para a possibilidade de rentabilizar um espaço da escola e torná-lo útil.

Em 3.º lugar alertar a comunidade para as vantagens de comer vegetais e de fazer uma alimentação mais saudável. Por fim, na escola, cada turma também é uma família e como este é o Ano Internacional da Agricultura Familiar esta é uma belíssima forma de o comemorar.

Com um número mínimo de inscrições externas e com a respetiva comunidade escolar envolvida no projeto o Núcleo de Braga realizou o Curso de Agricultura Biológica durante o qual foi elaborada uma bonita e produtiva horta escolar.

A professora coordenadora da horta, Maria da Graça Dias Pereira, inscreveu a escola em dois concursos e obteve o 1.º prémio do Concurso Hortas Bio menores que 10 m² nas Eco-Escolas (ABAE) e o 3.º Prémio do Concurso "Escola Mais Verde" da Câmara Municipal de Braga, na modalidade "hortas convencionais". Entre os prémios receberam material agrícola (mangueira e bico da mesma) e livros sobre AB e compostagem.

Quanto ao curso de Primavera, decorreu, como já é habitual há anos, de Fevereiro a Julho, na Quinta Pedagógica de Real, em Braga, sem nada de relevante, a não ser o particular entusiasmo de alguns dos formandos.

Tertúlias - Junho e Julho_Ana Cristina Costa

Como vem sendo habitual, tivemos neste período duas tertúlias, uma por mês. A de Junho, com o Eng. José Pedro Araújo, docente da ESAPL, versou sobre a questão do bem-estar animal e, devido à alteração da data teve poucos participantes mas muito interessados, nomeadamente em como avaliar o bem-estar animal. Foi então abordada as 5 liberdades:

1. Livre de fome e sede, por acesso a água fresca e comida de forma a manter saúde e vigor.
2. Livre de desconforto - por ter ambiente adequado com abrigo e área de descanso.
3. Livre de dores e sofrimento - por prevenção ou rápido diagnóstico e tratamento.
4. Livre para exprimir comportamento normal - por ter espaço suficiente, limpo e companhia.
5. Livre de medo e stress - por garantia de condições e tratamento que evitam sofrimento mental.

O que levou os presentes a questionarem-se quanto à quantidade de carne que consomem e à necessidade de a reduzir. Já quanto à tertúlia de Julho, decorreu no dia previsto, 2.ª sexta-feira do mês, que foi a 11, e teve 33 pessoas, apesar da noite quente que se fazia sentir e que atraía para o exterior. Nessa sessão de esclarecimento, o docente da ESAPL, Eng. Raúl Rodrigues, versou sobre os auxiliares em Agricultura Biológica. Isto é, abordou o que é a proteção biológica, os seus antecedentes históricos, os agentes, as modalidades, como conseguir uma proteção biológica de conservação e a evolução recente na proteção das culturas.

Oficina de Flores Comestíveis e de Germinados_Tiago Moreira

Decorreu no dia 28 de Junho, na Quinta pedagógica de Real, em Braga, mais uma ação de formação organizada pelo núcleo de Braga. Desta feita o tema abordado foram as flores comestíveis e germinados onde se identificaram as principais espécies de flores comestíveis encontradas no jardim, na horta e no campo. Deu-se a conhecer quais as melhores formas de cultivo e colheita, bem como dos germinados. A excelente orientação do Formador, Engº José Pedro Fernandes, durante a introdução teórica, deixou todos os formandos fervorosos para elaborar algumas receitas no lanche para degustação de algumas flores, que decorreu na ação de formação. As grandes vantagens da introdução de flores e germinados na alimentação é a diversificação, não só do ponto de vista nutricional mas também do ponto de vista das cores, texturas e sabores, enriquecendo assim o corpo e o nosso estado de espírito através do seu efeito "terapêutico". Todos os formandos saíram com vontade de experimentar e mostrar as suas novas receitas a familiares e amigos. Sem dúvida uma formação bastante enriquecedora.



Oficina de Flores Comestíveis e de Germinados

Caminhada Externato Infante D. Henrique_Armanda Gonçalves

A Quercus Braga marcou presença na implementação da primeira fase do Projeto Rios abraçado pelo Externato Infante D. Henrique (EIDH). A Escola adotou um troço de cerca de 500 metros do Rio Este, visando a sua monitorização, conservação, reabilitação e valorização. Contando com a colaboração da Quercus, da Câmara Municipal de Braga, da Junta de Freguesia de Ruilhe, dos Amigos do Rio Este e da Associação de Pais e Encarregados de Educação do EIDH, o externato juntou alunos, pais e encarregados de educação,

professores, representantes associativos e institucionais, com o intuito de sensibilizar a sociedade civil para os problemas dos sistemas ribeirinhos, assim como apelar à necessidade de proteção e valorização dos mesmos. O evento encetou com a inauguração de um outdoor junto ao troço do rio adotado, seguindo-se de uma ecocaminhada. Esta permitiu o cumprimento de um dos objetivos preconizados pelo projeto, que consiste no envolvimento e na responsabilização da comunidade, com vista ao desenvolvimento sustentado e à educação para a cidadania. A atividade terminou com um piquenique partilhado no recinto da escola. 🍴



Caminhada do Projecto Rios

NÚCLEO DE CASTELO BRANCO

Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus

Iniciativa 15-15-15 - Atropelamentos

No ano em que o CERAS comemora 15 anos a Quercus divulga as 15 principais ameaças à biodiversidade e 15 medidas de proteção

O Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco (CERAS) é um projecto do núcleo regional de Castelo Branco da Quercus, com o apoio da Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESA) e de outros mecenas particulares. O CERAS tem como principal objectivo recuperar animais selvagens debilitados e devolvê-los ao meio natural. No ano em que celebra 15 anos, o CERAS vai promover a iniciativa 15-15-15, ao longo dos próximos meses vamos promover um conjunto de iniciativas de divulgação de quinze ameaças e quinze medidas de conservação para a fauna selvagem da região. As iniciativas serão de diversa índole, como campanhas de informação, reuniões e encontros com municípios, entidades públicas, empresas e particulares, no sentido de agilizar e solicitar algumas medidas e actuações concretas. Para cada uma destas ameaças a Quercus irá divulgar alguns pequenos gestos e comportamentos que todos nós poderemos realizar no sentido de evitar algumas das principais ameaças à nossa fauna autóctone.

Ameaça - Atropelamento

Ao longo dos últimos quinze anos recolhemos informação sobre centenas de casos de atropelamento de fauna selvagem no CERAS. Também recolhemos informação no âmbito dos projectos que são desenvolvidos na região. Os grupos de fauna mais afectados que deram entrada no CERAS foram os mamíferos e as aves nocturnas. Contudo outros grupos como répteis e anfíbios são também muito afectados. São atropelados anualmente milhares de animais de espécies tão diferentes como lontras, lobos, lince, veados, texugos, fuinhas, gatos-bravos, corujas-das-torres, cágados, salamandras e sapos. Algumas destas espécies afectadas estão em perigo de extinção como o Lince-Ibérico, que em Espanha já representa umas das principais causas de mortalidade. Num estudo realizado no Alentejo pela Universidade de Évora (MOVE) foi quantificado que morrem anualmente em média 120 animais por quilómetro por ano. Em alguns países em que existe monitorização dos atropelamentos os números apontam para mortalidades muito significativas de 365 milhões de atropelamentos anuais nos EUA ou 14 milhões de atropelamentos no Brasil.

Pontos negros identificados

Na região mais a sul do distrito de Castelo Branco nos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova identificámos 4 pontos negros nas estradas que registam grande número de acidentes. Os pontos negros identificados foram, um troço perto da Barragem de Santa Águeda EM1230, outro na EN18 para Malpica do Tejo perto do vale do Rio Ponsul, um troço na EN240 Castelo Branco para o Ladroeiro e outro entre Monforte da Beira e Cegonhas na EM 351. Vão ser solicitadas reuniões com os Municípios e outras entidades, de forma a poderem ser aplicadas algumas medidas de minimização, como sinalética, colocação de lombas para redução de velocidade ou passagens para fauna. Os atropelamentos de fauna representam uma ameaça à biodiversidade, mas também para a segurança rodoviária, pois nos últimos anos têm aumentado as colisões e os acidentes graves com espécies de grandes dimensões como veados e javalis. Nesse sentido urge adotar medidas para minimizar esta problemática, corrigindo os pontos negros identificados e promovendo mais estudos.

O que todos podemos fazer?

No que diz respeito a medidas que todos nós podemos fazer deixamos algumas recomendações como reduzir a velocidade ao atravessar zonas com possibilidade de passagem de fauna (Parques naturais, zonas florestais, etc.). Se encontrar uma animal selvagem ferido pode ligar para a Linha SOS ambiente (808200520). Caso encontre animais selvagens mortos também pode registar o local e a espécie em causa e fazer chegar essa informação à Quercus ou aos projectos de monitorização desta problemática.

Mais informação sobre o CERAS em: www.quercus.pt/ceras
www.facebook.com/CERASCB



Meles meles, texugo atropelado

RESULTADOS DO CENSO MUNDIAL 2014 DA CEGONHA-BRANCA

Roser Santolaria Sala

O censo da Cegonha-branca realiza-se de dez em dez anos. Em Portugal, é coordenado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, em colaboração com outras entidades, como a Quercus. O anterior censo, de 2004, contabilizou 7.684 ninhos de cegonha ocupados em Portugal, mais do dobro dos registados em 1994 (3.302 ninhos).

Os trabalhos deste censo decorreram entre Março e Junho. No distrito de Castelo Branco a Quercus foi responsável pelo censo nos concelhos de Castelo Branco, Covilhã, Penamacor, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Rodão e Proença-a-Nova. Ainda não foram publicados os resultados gerais de todo o território continental de Portugal, mas os dados do distrito de Castelo Branco indicam que a população de cegonhas-brancas quase duplicou nos últimos 10 anos. Foram detectados 551 ninhos no distrito de Castelo Branco, dos quais 526 encontram-se ocupados e 25 vazios. Os concelhos que apresentam maior número de ninhos ocupados foram os de Castelo Branco (199 ninhos ocupados), Idanha-a-Nova (129) e Fundão (91). Nos concelhos de Vila Velha de Rodão (49), Covilhã (43) e Penamacor (19) o número de ninhos ocupados detectado foi mais reduzido mas mantiveram a tendência de crescimento comparativamente com o anterior censo. Ao longo da última década observou-se um incremento no número de ninhos ocupados. Em 2004, data do último recenseamento da espécie, haviam 358 ninhos, 333 ocupados e 25 vazios. Na tabela abaixo podem ver-se os resultados comparativos. Estes resultados mostram uma tendência populacional favorável, contudo ainda ocorrem mortalidades significativas de aves por electrocução, queda do ninho, colisão em parques eólicos ou durante o período de migração. Apesar de o verão ainda não ter terminado, as cegonhas-brancas já estão a abandonar as zonas onde nidificaram e a concentrar-se em alguns locais para iniciar a sua migração para África em busca de outras zonas mais temperadas onde passar o inverno. O Núcleo da Quercus de Castelo Branco agradece a ajuda preciosa a todos os voluntários que colaboraram neste censo, um grande bem-haja.

Concelho	2004			2014		
	NINHOS EXISTENTES	NINHOS OCUPADOS	NINHOS VAZIOS	NINHOS EXISTENTES	NINHOS OCUPADOS	NINHOS VAZIOS
Castelo branco	113	112	1	218	199	19
Covilhã	1	1	0	43	43	0
Fundão	38	34	4	91	91	0
Idanha-a-Nova	175	159	16	131	129	2
Penamacor	12	10	2	19	18	1
Vilha Velha de Rodão	19	17	2	49	46	3
TOTAL DISTRITAL	358	333	25	551	526	25

Tabela. Resultados dos censos de cegonha branca no Distrito de Castelo Branco.



Concentração de Cegonhas



Observação de Cegonhas

Verão com casa cheia no CERAS

Rocío Peñuela. Veterinária responsável

Com a chegada do calor vem também o período de maior trabalho no CERAS, devido à época de reprodução da maioria das espécies de aves e o início da dispersão e migração, no verão. O número de entradas no centro de recuperação atinge o seu pico nesta época do ano, principalmente por causas como a queda do ninho, diversos tipos de traumatismos (atropelamentos, electrocuções) e juvenis desorientados. Durante os meses de Junho e Julho foram recuperados no CERAS e libertados um total de 43 animais de 10 espécies diferentes, nomeadamente 12 corujas-do-mato (*Strix aluco*), 7 andorinhões-pretos (*Apus apus*), 6 cegonhas-brancas (*Ciconia ciconia*), 5 peneiros (*Falco tinnunculus*), 5 águias-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), 4 mochos-galegos (*Athene noctua*), 1 milhafre-preto (*Milvus migrans*), 1 pombo (*Columba livia*) e 1 ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*). As libertações são a melhor forma de dar a conhecer a importância do trabalho desenvolvido no CERAS, principalmente para a população mais jovem. Após a libertação dos animais, é realizada uma apresentação onde se fala sobre os procedimentos de um centro de recuperação, dos trabalhos desenvolvidos, os perigos que afectam estas espécies, e o que podemos fazer pela sua conservação. Nestes dois meses promovemos actividades com diversas associações e escolas albacastrenses, (Associação ERID, Quinta dos Salgueiros, Escola Secundária Ponte de Lima, ...etc.), assim como com as pessoas que recolheram animais feridos e os encaminharam para o CERAS, e os padrinhos. Nestas acções participaram um total de 160 pessoas. Outras actividades foram desenvolvidas nos meses de Junho e Julho como a pintura das instalações, colocação de sinalética, reparação dos túneis de voo, plantação de aromáticas com a ajuda dos nossos voluntários mais novos, etc..



Plantação de aromáticas no CERAS



Libertação de Peneiro



Visitantes do CERAS



Peneiro

NÚCLEO DE PORTALEGRE

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

Parque Natural da Serra de São Mamede, da criação à destruição

O Núcleo de Portalegre promoveu uma iniciativa com a Associação Cultural Ficar. A 18 de maio, Carolino Tapadejo, antigo Presidente da Câmara de Castelo de Vide, proferiu uma palestra intitulada «Parque Natural da Serra de São Mamede, da criação à destruição». Falou-se das origens do Parque, desde o final dos anos 70, até à sua criação em 1989, ficámos a saber dos obstáculos à sua formação por parte de autarcas e governantes. Conversou sobre as etapas em que passou, até à atual falta de meios para cumprir a missão que o Parque tem.

Geologia no Verão: a sinclinal de Castelo de Vide

No dia 19 de julho decorreu, nos concelhos de Castelo de Vide e Marvão, uma ação de Geologia no Verão, do programa Ciência Viva, chamada «A sinclinal de Castelo de Vide». Contou-se com a professora de Geologia, Ana Paula D' Ascensão, que descreveu e mostrou alguns locais de interesse geológico da região. Os participantes ficaram sensibilizados para a importância de se divulgar melhor esses locais, bem como promover a sua proteção. Só não se conseguiu observar bem a falha de Castelo de Vide devido à chuva e ao nevoeiro que havia nesse dia, ficando desde já combinado repetir essa ação no próximo verão.

Núcleo de Portalegre no Festival Andanças

Foram proferidas duas palestras pelo Núcleo de Portalegre no festival Andanças, junto à Barragem de Póvoa e Meadas, Castelo de Vide.

A 7 de agosto José Janela falou dos 25 anos do Parque Natural da Serra de São Mamede. A 8 de agosto Nuno Sequeira falou da exploração de recursos mineiros em áreas protegidas. Tem havido pedidos de prospecção e mesmo alteração de limites de áreas protegidas para permitir às indústrias explorarem minerais à revelia dos interesses ambientais.

Percurso pedestre em Benavila – Avis, 6 de Julho de 2014

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus organizou em Benavila, concelho de Avis, no dia 6 de Julho, um percurso pedestre que teve como objectivo a observação e a compreensão do património natural da zona. Esta actividade, integrada no projecto “Avis – Um concelho a caminhar”, da Câmara Municipal de Avis, pretendeu sensibilizar os participantes para a valorização e conservação dos valores ambientais e paisagísticos, promovendo de igual forma, práticas activas de usufruto sustentável dos mesmos. Ao longo do percurso pedestre os participantes tomaram contacto com a beleza e diversidade das paisagens existentes nesta zona, assim como puderam identificar um pouco da fauna e flora existentes no local.

O percurso teve uma extensão de cerca de 8 km e decorreu na área envolvente ao Sítio de Importância Comunitária de Cabeção, classificada ao abrigo da Rede Natura 2000. Participaram na actividade cerca de 40 pessoas, tendo ao longo da mesma reinado a boa disposição e o interesse dos participantes pelas temáticas abordadas.



Percurso pedestre em Benavila

Libertação de animais silvestres recuperados no CERAS – Avis, 15 de Julho de 2014

Decorreram no dia 15 de Julho três acções de devolução à Natureza de animais silvestres recuperados no CERAS - Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens. Estas acções tiveram lugar nas povoações de Ervedal e de Figueira e Barros, concelho de Avis, onde foram libertados dois Mochos-galego (*Athene noctua*) e um Ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*), que tinha sido recolhido perto do local.

As três acções organizadas tiveram a colaboração do CERAS, da Quinta Pedagógica do Marimbo e das Juntas de Freguesia locais, e nas mesmas estiveram presentes cerca de 70 pessoas no total, a maior parte delas crianças e jovens. Ao longo das duas acções foi possível sensibilizar os participantes para alguns temas tais como a importância da conservação das espécies silvestres para o equilíbrio ecológico, o perigo da utilização de produtos agro-tóxicos, a necessidade de pôr termo à caça furtiva e as medidas a tomar em caso de se encontrar um animal ferido ou debilitado. Ao longo do ano, o Núcleo Regional de Portalegre da Quercus recolhe diversos animais silvestres no Distrito, colaborando com a GNR – SEPNA e com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas na estabilização e encaminhamento destes animais para os Centros de Recuperação de Animais Silvestres. Promove igualmente

várias acções de libertação dos animais recuperados, sempre que possível junto aos locais de recolha, de forma a sensibilizar a população e a envolvê-la na protecção da vida selvagem.



Ouriço-cacheiro



Libertação de ouriço



Libertação de Mocho-galego

Actividade “Noite de Lua Cheia” – Avis, 8 de Agosto de 2014

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus organizou, conjuntamente com a Quinta Pedagógica do Marimbo, em Ervedal, concelho de Avis, no dia 8 de Agosto, uma actividade que teve como objectivo, a identificação dos sons da fauna nocturna da região.

O objectivo principal desta acção foi dar a conhecer aos participantes algumas das espécies de fauna nocturna presentes nos ecossistemas que existem na Quinta Pedagógica do Marimbo. Foi realizada uma apresentação sobre estas espécies e a importância da sua conservação, sendo dado um especial relevo às espécies que ocorrem no montado de azinho, no olival tradicional e nas galerias ripícolas. De seguida foi realizada uma saída de campo para registar e identificar os sons da fauna nocturna presentes na Quinta. Participaram na acção cerca de 30 pessoas que de uma forma muito entusiasta puderam tomar contacto com esta temática, alguns dos quais pela primeira vez. 🦇

NÚCLEO DA GUARDA

Núcleo Regional da Guarda da Quercus

Palestra sobre agricultura biológica

Realizamos no dia 19 de Junho uma apresentação da Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas sobre agricultura biológica. Fomos muito bem recebidos, o almoço foi excelente. Só temos a agradecer. O André Barbosa membro da Quercus da Guarda foi quem dirigiu e fez uma pequena demonstração e explicação de todo o procedimento envolvente, como preparar a terra e as sementes a pôr nessa altura. Houve bastante participação por parte dos alunos, dúvidas, interesse e entusiasmo. Por fim deitou-se mãos à terra e cultivou-se um pequeno canteiro com salsa, rúcula, alho francês, entre outras que esperamos que esteja a ser produtivo.

Hastear da bandeira azul na praia fluvial de Valhelhas

Realizou-se no dia 27 de Junho na praia fluvial de Valhelhas o hastear da Bandeira Azul e da Bandeira Praia Acessível a Todos. Esta praia foi classificada novamente em 2014 com a qualidade de ouro por parte da Quercus. Na cerimónia estiveram presentes o Sr. Vereador da Câmara Municipal da Guarda, o Sr. Vereador do Ambiente, o Representante da Quercus da Guarda, o Presidente da Junta de Freguesia de Valhelhas, entre outros convidados.



Workshop ervas aromáticas - Escola de Hotelaria de Manteigas



Hastear da Bandeira em Valhelhas

“Quercus à conversa” de Junho

No dia 30 de Junho realizou-se como habitualmente na última segunda-feira do mês a rubrica Quercus à conversa. O convidado foi o veterinário Ricardo Brandão do Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens (CERVAS) que nos apresentou o trabalho desenvolvido por este centro nos últimos anos.

Colocação de ninhos artificiais

Foram colocados no dia 2 de Julho mais quatro ninhos artificiais para a nidificação de aves no jardim em frente à C.P. na Guarda-Gare. Os ninhos foram feitos por crianças de várias idades do NDS de S. Miguel na Guarda no seguimento de um convite que esta instituição fez à Quercus para assinalar o mês de Junho como o mês de Ambiente, desafio lançado pelo Programa Escolhas. O empenho foi tanto que os ninhos foram assinados, baptizados, e brevemente será feita manutenção. Regularmente são visitados.



Elaboração de ninhos artificiais em OTL no NDS de S. Miguel Guarda-Gare

Conselho de representantes na Guarda

Decorreu no dia 12 de Julho um Conselho de Representantes na Quinta da Maúncia, Guarda. Nele estiveram presentes alguns membros da Direcção Nacional da Quercus e representantes dos Núcleos de Ribatejo e Estremadura e Aveiro. Alguns membros da Direcção Nacional representaram também os seus Núcleos. É a segunda vez que se realiza na Guarda um Conselho de Representantes no espaço de 4 anos. Para além da reunião foi ainda possível visitar o local de descargas do efluente industrial no rio Diz e o majestoso castanheiro de Guilhafonso recentemente alvo de campanha publicitária por parte de uma instituição bancária. À noite foi ainda possível assistir a uma observação de borboletas nocturnas dinamizada por Fernando Romão.



Castanheiro Gigante de Guilhafonso

Pedale pelo Ambiente

Realizou-se no dia 25 de Julho, última sexta-feira do mês, a terceira edição da iniciativa Pedale pelo Ambiente. Como habitualmente a actividade consistiu num trajecto de bicicleta dentro da cidade. No fim da actividade houve um momento de convívio entre os participantes.

Demonstração de fornos solares

Decorreu na Aldeia Viçosa nos dias 26 e 27 de Julho uma demonstração de fornos solares dinamizada pelo Núcleo Regional da Guarda da Quercus em parceria com o Instituto Politécnico da Guarda. Estiveram presentes Bruno Almeida, José Barbosa e Ana Barbosa. A eficiência destes fornos é enorme! Deu para cozinhar batata assada para o almoço, frango, feijão-verde e arroz branco. Houve bastantes curiosos e muita gente admirada com a originalidade e eficiência de cozinhar ao ar livre com recursos naturais. A seguir foi a melhor parte, a degustação dos pratos ali confeccionados com um aspecto maravilhoso.



Demonstração Fornos Solares

“Quercus à conversa” de Julho

No dia 28 de Julho realizou-se mais um “Quercus à Conversa” desta vez na leitaria Camões. O convidado deste mês foi o Major Cura Marques do SEPNA que nos apresentou o seu trabalho. Um agradecimento especial à leitaria Camões pela cedência do espaço. Continuam abertas as inscrições para todos os módulos da formação de Jovens Agricultores, com pedido de apoio ao PRODER: Medida 4.2.1. Logo que tenhamos uma turma de 15 formandos a formação inicia. Se conhece alguém que preencha os requisitos, divulgue.

Estão a decorrer também as inscrições por parte das escolas do 3.º Ciclo e Secundárias do distrito da Guarda para participarem no 1.º Concurso de Fornos Solares Quercus/IPG.

NÚCLEO DE LISBOA

Núcleo Regional de Lisboa da Quercus

Balanco de Actividades - Junho a Agosto

O Núcleo Regional de Lisboa tem continuado a assegurar a respectiva gestão corrente, bem como a realização das suas actividades e projectos, de acordo com o estabelecido no seu Plano 2014. Foram efectuadas várias representações, seguimento de denúncias, reuniões e contactos com os vários parceiros, acompanhamento de estágios e voluntários e a organização do espaço físico do Núcleo. Quanto às iniciativas, ao nível do Núcleo Regional de Lisboa, podemos salientar:

Projecto Estufa Urbana

Foi dada continuidade ao Projecto Estufa Urbana - Soluções para uma Vida Sustentável na Cidade, resultante da parceria entre o Teclabs, a Biovilla, a Quercus Lisboa, à qual se juntou a Urban Grow. Ao nível da Quercus Lisboa, foram assegurados os trabalhos de manutenção do viveiro de árvores e arbustos autóctones, através da participação das estagiárias e voluntários. Ainda no que respeita aos estágios, integrados no presente ano através desta estrutura regional, via Grupo de Educação para a Sustentabilidade (GES Lisboa), foram desenvolvidos vários jogos e actividades, bem como os respectivos materiais lúdico-pedagógicos, no sentido de dinamizar a vertente educativa do projecto, para realizar no espaço físico da Estufa Urbana e envolvente. Em termos de planeamento, durante o próximo Outono e Inverno pretendem-se efectuar algumas acções de recolha de sementes e plantação de árvores e arbustos na área geográfica de intervenção do Núcleo Regional de Lisboa, bem como outras iniciativas a realizar com os parceiros do projecto Estufa Urbana.



Projecto Estufa Urbana

Estágios

Neste período, deu-se continuidade ao acompanhamento dos estágios da EPED - Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, na sequência da parceria já existente, com trabalhos que decorreram no Núcleo Regional de Lisboa, integrados no Grupo de Educação para a Sustentabilidade.

Estes trabalhos incidiram nos projectos Estufa Urbana e Horta na Varanda, assim como na criação de dois percursos adicionais, com actividades, para integração no programa de Actividades do Centro de Educação Ambiental de Monsanto, via GES Lisboa.

No início de Julho, já no âmbito dos Campos de Férias organizados pela CM Lisboa, no Espaço Monsanto, no decorrer dos trabalhos efectuados, foi realizada uma acção composta por várias actividades de sensibilização e educação ambiental para cerca de 25 crianças, com temas sobre a Floresta e Biodiversidade.



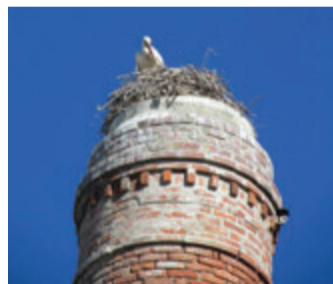
Acção no Espaço Monsanto



Projecto Horta na Varanda

Projecto Horta na Varanda

No âmbito dos estágios integrados ao nível do GES Lisboa, foi planeado e desenvolvido este projecto demonstrativo do aproveitamento de espaços em contexto urbano, neste caso de uma varanda, para cultivo de algumas plantas aromáticas e hortícolas, com a utilização de métodos de rega eficientes, reutilização de materiais e promovendo a biodiversidade. O presente projecto inclui igualmente uma vertente educativa, tendo sido concebidas e elaboradas fichas de identificação, alguns jogos e actividades e os respectivos materiais necessários para a realização das acções de sensibilização e educação.



VI Censo da Cegonha-branca

VI Censo da Cegonha-Branca 2014

O Núcleo Regional de Lisboa participou nesta iniciativa através da recolha de informação e trabalhos de campo realizados na sua área geográfica de intervenção, mais precisamente nos concelhos de Loures, Vila Franca de Xira e Azambuja. No total destes concelhos, foram registados mais de três dezenas de ninhos (ocupados e vazios), tendo sido efectuado a respectiva compilação de informação e recolha de registos fotográficos.

Actividades a decorrer

À semelhança de anos anteriores, durante o mês de Agosto, o Núcleo Regional de Lisboa manteve as tarefas de gestão corrente, suspendendo contudo as suas actividades e iniciativas neste período, as quais são retomadas em Setembro.

Como já vem sendo hábito, e decorrente da parceria já existente, o Núcleo Regional de Lisboa e o Grupo de Educação para a Sustentabilidade irão participar na Feira Alternativa - Festival da Terra que decorre nos dias 5, 6 e 7 de Setembro, no Parque de Jogos do INATEL - Estádio 1º de Maio, em Lisboa, com expositor para divulgação de materiais da associação e actividades de sensibilização e educativas.

No dia 5 de Outubro, na sequência da participação já efectuada no passado ano com bastante sucesso, os Núcleos Regionais de Lisboa e Setúbal, irão organizar conjuntamente, com o apoio da Fundação para a Protecção de Gestão Ambiental das Salinas do Samouco, uma visita e acção de observação de aves integrada na iniciativa Eurobirdwatch 2014 - Fim-de-semana Europeu de Observação de Aves.

PROJECTO dQa - CIDADANIA PARA O ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ÁGUA

Equipa de Projecto do dQa



O Município de Almodôvar foi o vencedor do concurso lançado pela Quercus e pela Ecodepur®, pelo que receberá em breve uma ETAR compacta para tratar adequadamente os efluentes da localidade de Santa Cruz que estão atualmente a poluir o rio Vascão. Pesou na decisão do júri o impacto positivo que terá a sua instalação na conservação do Saramugo (*Anaocypris hispanica*), um pequeno peixe protegido mas ameaçado de extinção, numa área que está classificada como Sítio de Importância Comunitária da Rede Natura 2000 (SIC Vale do Guadiana) e como Sítio RAMSAR.

De salientar que este pequeno peixe de água doce é particularmente sensível à poluição, a qual, em conjunto com outras ameaças, como a proliferação de peixes exóticos invasores e predadores, a degradação da galeria ribeirinha, a vulnerabilidade às alterações climáticas, a construção de açudes e barragens e a extração de água e de inertes, pode levar à extinção de uma espécie que só ocorre em Portugal e em Espanha, na bacia hidrográfica do rio Guadiana e numa sub-bacia do rio Guadalquivir. Ficaram em segundo e terceiro lugares, respetivamente, o Município de Arganil e o Município de Alcoutim. Com este concurso, que decorreu entre 23 de março e 22 de maio, pretendeu-se demonstrar que é possível, sem desculpas por parte dos nossos decisores políticos, cumprir a meta de 90% da população portuguesa com águas residuais tratadas até 2020, com base na definição de uma estratégia descentralizada para o tratamento dos efluentes urbanos em pequenos e médios aglomerados populacionais do território nacional, utilizando para tal tecnologia e recursos de empresas portuguesas, como os que são apresentados pela Ecodepur®, e alocando para o efeito apenas cerca de 103 milhões de euros do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Esta ação foi desenvolvida no âmbito do Projeto “dQa - Cidadania para o acompanhamento das políticas públicas da água”, um projeto apoiado pelo Programa Cidadania Ativa - EEA Grants, gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian, e que tem como parceiros a APA - Agência Portuguesa do Ambiente e a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, tendo sido registados um total de 51 candidaturas provenientes de autarquias de todo o País, provando não só o muito que há a fazer no tratamento das águas residuais em Portugal, mas também o forte empenho dos Municípios e das Juntas de Freguesia em



Laboratório

resolverem problemas que têm décadas sem qualquer solução e que colocam em causa a qualidade da água e os compromissos de Portugal no cumprimento da Directiva Quadro da Água perante a União Europeia.

Ainda no âmbito do projeto dQa, foi equipado um espaço no Centro de Educação Ambiental de Ourém que funciona como mini-laboratório e deu-se início à monitorização de sete sub-bacias hidrográficas com problemas ambientais recorrentes: Ave, Milagres, Almonda, Alviela, Sizandro, Laje e Arade, tendo-se já iniciado a colheita de amostras de água e a análise em laboratório de vários parâmetros físico-químicos das mesmas. Para complementar a classificação da qualidade ecológica dos cursos de água, iniciou-se a formação da equipa do projeto na amostragem de indicadores biológicos, nomeadamente na colheita e identificação de macroinvertebrados bentónicos e na caracterização biofísica da galeria ripária. Para apoio a estas atividades, foi criado o programa de voluntariado “aQQua- Ativista Quercus para a Qualidade da Água”, para o qual estão abertas as inscrições a todas as pessoas responsáveis que queiram contribuir para a melhoria da qualidade da água com o cuidado e a vigilância dos cursos de água selecionados. Brevemente ocorrerá a formação dos voluntários inscritos, a qual será ministrada por especialistas.

Os interessados poderão ainda inscrever-se na página da Quercus em:

www.quercus.pt/documentos/iniciativas/aqua-ativista-quercus-pela-qualidade-da-agua



Trabalho de Campo



Trabalho de Campo

SERAFIM RIEM FOI RECONHECIDO COM PRÉMIO INTERNACIONAL

Dário Cardador

Inicia-se este artigo com uma frase do próprio Serafim Riem, aquando do 20º aniversário da Quercus, em entrevista à TSF: A “militância ingénua e generosa” deixou de existir. No dia 5 de Julho de 2014, em Sines, organizado pela Diocese de Beja, foram entregues três prémios internacionais Terras Sem Sombra. Os prémios atribuídos foram nas áreas de Música, Património cultural e da Biodiversidade, respectivamente. Referente ao prémio de Biodiversidade, foi atribuído ao segundo Presidente da Quercus, também seu fundador, Serafim Riem, que continua a desenvolver trabalho no âmbito da conservação da natureza. Do Currículum de Serafim Riem, ressalta a sua licenciatura em Economia pela Universidade do Porto, Mestre em Gestão e Conservação da Fauna Selvagem Euromediterrânea, obtido pela Universidade de Leon, em Espanha e ainda uma Pós-Graduação em Arboricultura Urbana pelo Instituto Superior de Agronomia da UTL. Para além da sua formação académica, ressalta a riqueza de participação na sociedade civil a nível da protecção do ambiente; Participou também, na fundação de outras ONGs, nomeadamente o FAPAS - Fundo para a Protecção de Animais Selvagens e outras ligadas à defesa da Biodiversidade; Membro de diversas associações conservacionistas de Espanha, França e Inglaterra; Director da Escola Municipal de Arboricultura da Câmara Municipal do Porto, fundador da associação Árvores de Portugal, também fundador da Sociedade Portuguesa de Arboricultura, entre outras. Nesta atribuição de prémios esteve presente o embaixador de Espanha, em Portugal, para acompanhar a homenageada na área de Música, Teresa de Berganza, o Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, para o prémio Património Cultural e estiveram também presentes, na cerimónia presidida pelo Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional Miguel Poiars Maduro, o Bispo da Diocese de Beja e diversas Câmaras Municipais do Alentejo, entre outros. Para acompanhar a entrega do galardão da Biodiversidade, ao homem que tanto tem feito pela causa da Conservação da Natureza e Biodiversidade em Portugal, Serafim Riem, estiveram, para o felicitar, todos os acima mencionados, familiares e amigos, inclusive eu. Para além deste prémio e, como curiosidade acrescenta-se a sua condecoração, no dia 10 de Junho, pelo Presidente da República, Dr. Mário Soares, com o grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito. Também como curiosidade, este jornal, teve início na casa do próprio Serafim, sendo ele o seu editor e proprietário. 🌿



Serafim Riem



Os Premiados

SUPLEMENTO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Grupo de Trabalho da Conservação da Natureza



PROJECTO LIFE ECOTONE LIBERTAÇÃO DE MEXILHÕES-DE-RIO NO RIO PAIVA

No dia 9 de Julho foram libertados 4000 juvenis de mexilhões-de-rio no rio Paiva, em Castro Daire, no âmbito do projeto LIFE ECOTONE - Gestão de habitats ripícolas para a conservação de invertebrados ameaçados, uma iniciativa co-financiada pelo Programa LIFE+ da União Europeia, que tem como entidades parceiras a APA - Agência Portuguesa do Ambiente e o Município de Castro Daire.

MARGARITIFERA MARGARITIFERA

Os juvenis de Mexilhão-de-rio-do-norte (*Margaritifera margaritifera*), entretanto libertados, foram reproduzidos em cativeiro nas instalações do Posto Aquícola de Campelo (Figueiró dos Vinhos), onde foi recriado o processo que ocorreria na natureza, com o objetivo de aumentar a população envelhecida que ocorre no rio Paiva. De salientar que, já em Julho, haviam sido libertados 400 juvenis de uma outra espécie de mexilhões-de-rio (*Unio tumidiformis*), que só ocorre em bacias hidrográficas mais a sul e que tem na ribeira do Torgal uma população ameaçada que está a ser incrementada pelo Life Ecotone.

A reprodução da espécie ocorre no Verão e as larvas (gloquídeos), logo que são expelidas na água, fixam-se nas brânquias dos peixes hospedeiros, como a Truta-de-rio (*Salmo trutta*), registando-se durante os sete meses seguintes uma lenta metamorfose. No final da Primavera, os juvenis abandonam o peixe hospedeiro deixando-se cair no fundo do curso de água. Prefere rios de águas limpas e claras, de correntes não muito fortes, relativamente pobres em cálcio, com fundos rochosos-arenosos, pouco lodo, escolhendo zonas de remanso junto às margens dos cursos de água.

De salientar que no ano passado, foi efetuada pela primeira vez, com sucesso, a reprodução deste bivalve de água doce que se encontra ameaçado de extinção em Portugal, devido ao desaparecimento das populações de peixes hospedeiros (nomeadamente a Truta-de-rio), à existência de poluição orgânica das águas, à modificação dos cursos de água com deposição de detritos no leito e à construção de barragens e açudes.

Os mexilhões-de-rio são bivalves de água doce que, devido às suas características biológicas únicas, são excelentes indicadores ambientais, funcionando como sentinelas. São animais filtradores, alimentando-se de algas e partículas em suspensão na água. Têm uma longevidade elevada e o seu ciclo de vida depende de determinadas espécies de peixes, às quais se fixam as larvas parasitas (gloquídeos). Por este motivo, têm uma dependência directa de diversas componentes do ecossistema, contribuindo eles próprios para moldar esse ecossistema e influenciar positivamente a qualidade da água, através, por exemplo, da filtração que efetuam da mesma. 🌿



Paulo Lucas

Exemplares de adultos de Margaritifera



Alexandrina Pina

Apresentação do projecto na ribeira do Torgal



João Branco

Devolução dos adultos reprodutores ao meio natural

MARCA NATURAL.PT INVESTIMENTO DE MILHÕES QUE EXCLUI ÁREAS DA REDE NATURA 2000 PODE LEVAR A APOSTA FALHADA SE A OPERACIONALIZAÇÃO NÃO FOR REPENSADA

Na sequência da apresentação pública da marca Natural.PT pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia (MAOTE), a Quercus vem alertar para a existência de erros graves ao nível da proposta de operacionalização que, caso não sejam corrigidos, transformarão uma boa ideia num mau projeto de execução, gerando desperdício de dinheiros públicos.

Antes de mais, a Quercus discorda que a marca Natural.PT possa vir a ficar associada única e exclusivamente à Rede Nacional de Áreas Protegidas. Se esta marca quer ter uma relação direta com o conceito de "Turismo de Natureza", não faz qualquer sentido que as restantes Áreas Classificadas sejam excluídas (em particular as áreas integradas na Rede Natura 2000), mesmo que apenas numa primeira fase, de uma discriminação positiva das políticas públicas. Trata-se de repetir o mesmo erro duas vezes, já que, durante anos, os agentes económicos e as populações dos territórios de Áreas Classificadas que não coincidiam com Áreas Protegidas ficaram injustificadamente de fora da possibilidade de usufruírem das ferramentas disponibilizadas pelo atual Programa Nacional de Turismo de Natureza. Esta situação é ainda mais inaceitável tendo em conta que são patentes as restrições que impedem a implantação de usos e atividades incompatíveis com a conservação dos valores naturais e também porque hoje existem Municípios que querem transformar estas limitações em oportunidades, marcando a diferença em relação a outros territórios.

A Quercus vê também com apreensão que a organização da oferta se faça numa lógica de centralismo administrativo, de mero registo de produtos e serviços, e não numa lógica participativa e colaborativa entre os diversos agentes, a qual deveria resultar na atribuição de um certificado - a marca Natural.PT - à Área Classificada. Tudo isto pressuporia trabalho prévio de envolvimento entre os Municípios, Juntas de Freguesia, operadores locais, área protegida, ONGs, de forma a oferecer produtos e serviços organizados, atrativos e de excelente qualidade, naquilo que seria um processo, porventura mais longo, mas mais adequado às diferentes dinâmicas dos territórios em presença. Tal permitiria que as Áreas Classificadas pudessem entrar na rede em momentos diferentes, até porque a sua inclusão só deveria premiar o mérito e a qualidade, resultando da articulação entre os diversos atores locais.

A marca Natural.PT deverá resultar do somatório das agregações de interesses, estrategicamente concertada em torno de cada uma das Áreas Classificadas e não meramente de uma listagem de aderentes com intervenções específicas. Por outro lado, a Quercus tem também dúvidas sobre se o ICNF estará apto a operacionalizar este programa, face à sua crónica indisponibilidade de recursos humanos e financeiros. Como tal, seria importante ponderar a hipótese da gestão da marca ser objeto de uma concessão por concurso público a uma entidade com experiência e reconhecido mérito. Nesse cenário, ao ICNF ficaria reservado o papel, não menos importante, de regulação, acompanhamento de proximidade e de avaliação permanente da sua implementação, garantindo que não seriam desvirtuados os princípios orientadores do Natural.PT.



Neste contexto, a Quercus fez um apelo ao MAOTE para que repense esta opção pelo caminho mais fácil, definindo um novo modelo que alargue o programa de imediato a todas as Áreas Classificadas; que aceite a maturidade ambiental que se vem manifestando no País e que envolva os agentes locais e as Autarquias, promovendo uma estratégia de pequenos passos. Ainda há tempo para garantir que os financiamentos do Portugal 2020 não correspondam a uma oportunidade perdida de valorizar os territórios (quase 1/4 da área terrestre) que necessitam de uma atenção urgente e muito especial por parte das políticas públicas. 🌿

PROJECTO LIFE HABITATS CONSERVATION

CONSERVAR HABITATS PRIORITÁRIOS COM RECURSO À REABILITAÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS TRADICIONAIS



Terminou a 30 de Junho o projecto Life+ “Habitats Conservation”, co-financiado pelo instrumento financeiro LIFE+ da União Europeia, cujo objectivo central consistiu na conservação de quatro habitats prioritários que se desenvolvem em substrato calcário na Serra de Aire no Parque Natural e Sítio da Rede Natura 2000 “Serras de Aire e Candeeiros”. O projecto incidiu sobre cerca de 1000 hectares em terrenos dos baldios comunitários geridos pelas Juntas de Freguesia de Fátima e de Pedrógão, concelhos de Ourém e Torres Novas, respectivamente.

A ideia central deste projecto assentou na reabilitação de actividades tradicionais promovendo a gestão destes habitats com recurso ao pastoreio extensivo com cabras de raça serrana (variedade ribatejana), adequando estas acções às necessidades de conservação dos valores em presença. Outra actividade a desenvolver consistiu no incremento da colheita sustentável e a comercialização de PAM - Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares.

Recurso a dois rebanhos de caprinos

Numa fase preparatória, foram efectuados estudos de caracterização da situação de referência, recorrendo à elaboração de uma cartografia pormenorizada dos habitats e das espécies, com vista a identificar as áreas mais relevantes, mais sensíveis e prioritárias ao nível da intervenção, tendo posteriormente sido efectuado um Plano Operacional. Foram entretanto celebrados contratos de custódia com as entidades gestoras dos terrenos (as Juntas de Freguesias de Fátima e de Pedrógão). Com vista à instalação de dois rebanhos num total de 400 animais, um em cada vertente da serra, foram também celebrados contratos com as referidas juntas de freguesia. Para este efeito foram instalados dois estábulos e foram instalados quatro bebedouros para suprir as necessidades de água, especialmente no Verão. Foram também instalados oito hectares de pastagens melhoradas com vista a suprir as necessidades alimentares dos animais.

Numa primeira fase a gestão dos habitats foi efectuada através do controle selectivo da vegetação herbácea e arbustiva, utilizando meios mecânicos de modo a remover as áreas de mato mais denso e elevado, nomeadamente carrascais de maior porte, facilitando o acesso dos rebanhos que passaram a controlar o crescimento dos matos através do pastoreio. O projecto permitiu ainda recuperar áreas ocupadas por eucaliptais, que foram removidos dando espaço para a recuperação dos habitats naturais da região. Foi efectuada a monitorização do efeito dos caprinos. Para tal foram instaladas 16 estações de monitorização com cercados de 10x10m de modo a comparar o crescimento da vegetação no seu interior e na área envolvente, sujeita ao pastoreio. Como resultado da monitorização, podemos concluir que a passagem dos rebanhos teve um efeito menor que o esperado e que os percursos podem ser efectuados com maior regularidade e até com maior encabeçamento, para que se atinjam os objectivos pretendidos, tanto nas áreas envolvidas no projecto como noutras áreas onde se pretenda usar esta metodologia de controlo de matos.

No âmbito do projecto teve lugar um Workshop subordinado à temática da “gestão de habitats com recurso a caprinos”, o qual se realizou em Fátima e reuniu técnicos e pessoas interessadas nesta temática e no desenvolvimento da actividade pecuária com utilização de caprinos. Como resultado deste projecto estão já a ser comercializados a carne de cabrito proveniente destes rebanhos bem como o queijo produzido com o leite aí recolhido.



Paulo Lucas

A valorização turística dos ecossistemas litorais do Sítio de Importância Comunitária Peniche/Santa Cruz não será possível no âmbito da Marca Natural.PT



Paulo Lucas

Áreas como o Sítio de Importância Comunitária Freita e Arada ficam inexplicavelmente fora do projecto



Paulo Lucas

Rebanho de Cabras

Promoção da colheita e Comercialização de PAM - Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares

Com vista ao desenvolvimento da prática de colheita e comercialização de PAM - Plantas Aromáticas Medicinais e Condimentares, foram recuperadas as instalações do secador de plantas situado no sítio do Bairro na periferia da área do projecto. A Quercus estabeleceu um protocolo de colaboração com o ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., entidade proprietária destas instalações e que apoia esta acção. Foi constituída uma bolsa de utilizadores, os quais deverão exercer a sua actividade de acordo com o regulamento de utilização deste espaço e efectuar a colheita de acordo com as regras que constam no código de ética que foi elaborado para este fim. Tendo em conta o objectivo de fomento da actividade de recolha e comercialização de plantas medicinais, aromáticas e condimentares realizámos uma acção de formação no Centro Ambiental das Pegadas de Dinossáurio na povoação do Bairro em Ourém. A acção, a cargo da AGROBIO - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, incluiu um dia de formação teórica e outro de campo e teve grande adesão.

A Quercus registou-se como entidade certificada para a colheita e processamento de PAM - Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares em modo de produção biológico.



Secador do Bairro

Programa educativo e acções de divulgação contribuiram para dar a conhecer mais a Serra

O projecto envolveu ainda o desenvolvimento de um programa educativo "Há Vida na Serra" que esteve em curso nas escolas da região, o qual decorreu com grande adesão dos alunos e professores. Participaram 14 escolas da área envolvente à serra, abrangendo mais de 1000 alunos de vários níveis de ensino. Para além das 38 sessões em sala, foi elaborado um guião pedagógico e foi promovido um concurso com trabalhos dos alunos, em diversas categorias, os quais estiveram também expostos ao público. No âmbito da divulgação do projecto junto do público em geral e dos habitantes e utilizadores da serra em particular, foram utilizadas diversas formas de divulgação. Instalaram-se diversos painéis informativos e foi elaborado um cartaz e uma brochura. O projecto foi divulgado em alguns eventos públicos, feiras e jornadas de ambiente, tiveram lugar saídas à serra com grupos de visitantes e grupos escolares, e houve cobertura do projecto por parte da comunicação social regional mas também nacional incluindo rádios e televisão. Foi criada uma página em www.habitatsconservation.org.



Acção de Divulgação com Escolas

Futuro passa pela valorização e certificação dos produtos derivados destas actividades

Este projecto LIFE contribuiu para a valorização da Serra, dando-a a conhecer mais aos habitantes da região e ajudou a fomentar actividades económicas assentes nos recursos naturais aí existentes. A manutenção dos rebanhos e das actividades relacionadas com a prática da colheita e comercialização de PAM - plantas aromáticas, medicinais e condimentares e conseqüente gestão dos habitats por esta via, só será possível se do ponto de vista económico as mesmas continuarem a ser rentáveis para os promotores, pelo que é fundamental a sua valorização, nomeadamente através de certificação de origem associando-as à conservação desta área da rede natura 2000, seus habitats e espécies, processo este que não foi possível concluir no espaço temporal de implementação deste projecto. Esperamos no entanto que da colaboração de promotores e de diversas entidades locais se possa concluir este processo fundamental à valorização dos produtos regionais.



Limpeza de matos

LIFE - INOVAÇÃO CONTRA ENVENENAMENTOS

AVANÇOS DE TRÊS ANOS DE PROJECTO NA LUTA CONTRA OS ENVENENAMENTOS



No âmbito do projecto internacional- LIFE-NAT533ES "Inovação contra envenenamentos" estão a ser implementadas um conjunto de acções no Tejo Internacional. O Projecto está a decorrer como o previsto e as acções no terreno estão a avançar com bons resultados.

Acção C1 - Acções dirigidas para a rede de criadores de gado contra o veneno -ENSAIP

Continuamos com o apoio técnico aos membros da rede. Foi detectada a presença de cães assilvestrados em mais 4 membros da ENSAIP, 4 em Idanha e 1 em Castelo Branco. Foram entregues mais 4 cachorros de cão de guarda das raças cão de gado transmontano e serra da estrela de pêlo curto a criadores de gado da rede. Desta forma pretende-se minimizar a predação sobre os rebanhos e conseqüentemente o uso de venenos. Os cães de protecção ao gado têm dado bons resultados no terreno, a presença permanente com o gado evita a predação. Nos primeiros meses foi notória a eficácia deste método, principalmente com os borregos.

Acção A8 - Captura, marcação e monitorização de espécies biondicadoras

No âmbito da Acção A8 (captura e marcação de espécies bioindicadoras) têm sido feitos controlos das aves marcadas com marcas alares patagiais através de observação directa e foto-armadilhagem nos alimentadores de abutres. Prosseguimos também a monitorização de 8 abutres marcados com emissores GSM-GPS. Esta tecnologia envia as posições GPS das aves através de um SMS para um servidor, permitindo acompanhar os movimentos das aves com precisão e baixos custos. Esta acção está direccionada para monitorizar os movimentos dos abutres, um dos grupos mais afectados em Portugal pelo uso de veneno.

Acção D2 - Sensibilização

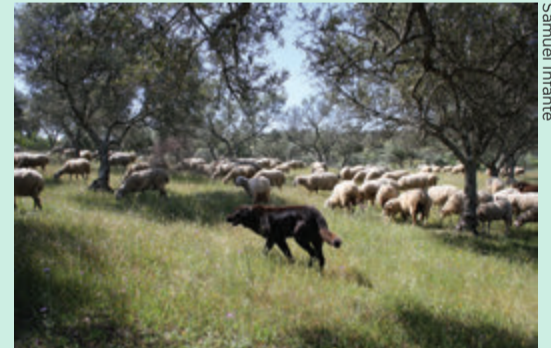
Nos últimos meses têm sido promovidos no âmbito da acção D2 um conjunto de iniciativas junto da população em geral e nas comunidades escolares em particular. Foram promovidas diversas iniciativas para dar a conhecer os valores naturais do Parque Natural do Tejo Internacional, nomeadamente passeios interpretativos para identificação de fauna e flora. Foram realizadas 4 iniciativas que contaram com mais de 300 participantes.



Visita ao Parque Natural do Tejo Internacional no âmbito da acção C4



Inspeção da veterinária do projecto antes da entrega do cachorro ao pastor



Os cães de gado têm sido um óptima ferramenta para a protecção do gado contribuindo para evitar o uso de venenos



Equipa canina de deteção de venenos encontra animal envenenado



Entrega de cão ao criador de gado

Este suplemento é co-financiado pelo Programa Life+ da União Europeia, no âmbito do projecto Ecotone

QUERCUS Ambiente Setembro / Outubro 2014

Utilização ilegal de iscos envenenados

O uso ilegal de iscos envenenados é a principal causa de morte não natural para várias espécies em perigo de extinção a nível europeu, tais como a Águia-imperial-ibérica, o Abutre-negro, o Quebra-ossos, entre outros, e é uma das causas principais de morte não natural para outras espécies em perigo como o Lobo ou o Urso. 🐾

Mais informação:

Página www.lifeagainstpoison.org/

Redes sociais:

www.facebook.com/pages/Innovation-Against-Poison/175227379222842?ref=hl

LIFE TAXUS

RESTAURAR BOSQUETES DE TEIXO [9580* FLORESTAS MEDITERRÂNICAS DE *TAXUS BACCATA*] (LIFE12 NAT/PT/000950)



Está a decorrer desde julho de 2013 o projeto LIFE TAXUS - Restaurar bosquetes de Teixo [9580* Florestas mediterrânicas de *Taxus baccata*], cujo objetivo central consiste em contribuir para a recuperação deste habitat prioritário, de forma a manter a diversidade do mosaico florestal, melhorando as áreas existentes e incrementando a área de ocupação na Rede Natura 2000. De forma a alcançar este objetivo, pretende-se promover ações que favoreçam a regeneração natural e/ou reduzam os riscos de incêndio, com a limpeza de matos nos caminhos e nas orlas dos bosquetes, promover a conexão entre as várias áreas onde ocorre o habitat e incremento da área de ocupação com a plantação de espécies características do habitat onde o teixo domina ou co-doma, em conjunto com espécies como o Azevinho (*Ilex aquifolium*), a Tramazeira (*Sorbus aucuparia*) ou o Bidoeiro (*Betula celtiberica*). Neste momento encontram-se concluídos todos os trabalhos referentes às ações preparatórias de avaliação da situação inicial do habitat, inventariação das populações existentes e identificação de áreas prioritárias, e iniciaram-se os trabalhos no terreno nos SIC Serra da Estrela e SIC Peneda-Gerês. No que respeita à avaliação da situação inicial, trabalho efetuado pelo Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, do qual resultou a elaboração de dois relatórios disponíveis no sítio do projeto, foi feito um levantamento da composição florística dos estratos arbóreo, arbustivo e herbáceo do habitat-alvo, que permitam uma posterior monitorização do impacto das intervenções no terreno. Em simultâneo, foi feita a caracterização dos invertebrados, tendo esta o enfoque na presença de lepidópteros, escaravelhos saproxilófagos e na lesma *Geomalacus maculosus*. No que concerne às intervenções no terreno, tendo por base o Plano Operacional, validado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, efetuou-se numa primeira fase o controle mecânico e manual da vegetação arbustiva com o objetivo de reduzir a biomassa em 2 ha no SIC Peneda-Gerês, e fez-se a plantação de 320 árvores no SIC Serra da Estrela, entre as quais se contam o Azevinho (*Ilex aquifolium*), o Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e o Teixo (*Taxus baccata*). As plantas utilizadas na plantação resultam de um processo de recolha de material vegetativo (sementes e estacas) nas áreas de intervenção, e posterior tratamento nos Viveiros da Sra. da Graça, estrutura sob gestão do ICNF.



Seleção de teixos no viveiro, a utilizar nas plantações

Lesma (*Geomalacus maculosus*)

Ao nível da divulgação, refira-se a sessão de apresentação pública do projeto às comunidades locais, a qual decorreu no Salão Nobre da Câmara Municipal de Manteigas e a instalação de seis painéis informativos distribuídos pelas áreas de intervenção. O sítio do projeto na internet já recebeu mais de 22.000 visitas (cerca de 2.000 visitas/mês).

O projeto envolve diversas entidades

O projeto coordenado pela Quercus conta localmente com o apoio de diversas entidades, que de forma direta ou indireta contribuem para o alcançar dos objetivos definidos, nomeadamente o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), o Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia de São Pedro, o Conselho Diretivo dos Baldios de Unhais da Serra e a Assembleia de Compartes da Lapa dos Dinheiros. O acompanhamento científico está a cargo do CEG - IGOT (Centro de Estudos Geográficos - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa). Este projeto é cofinanciado pelo programa LIFE+ da União Europeia e pela Valormed - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens e Medicamentos.

Habitat 9580*- Floresta mediterrânicas de *Taxus baccata*

Os teixedos ou teixeiras (bosquetes de Teixo) em Portugal Continental limitam-se a pequenos núcleos de vegetação dominados ou codominados por *Taxus baccata* que surgem reliquialmente em áreas montanhosas caracterizadas floristicamente pela ocorrência de elementos eurossiberianos (atlânticos) - nos setores biogeográficos Galaico-Português e Estrelense (Costa et al., 1999). A distribuição do habitat na paisagem de montanha está ligada a cursos de água que permitem uma humidade do solo persistente ao longo do ano. Assim na maioria das situações este habitat corresponde a galerias ripícolas de cursos de água pedregosos de montanha em vales encaixados - i.e. corresponde a um bosque higrófilo. Noutros casos particulares os teixedos encontram-se no fundo do vale já fora da influência de um curso de água evidente, mas onde há humidade no solo que, superficialmente, ainda é favorecida por torrentes de água temporárias - i.e. um bosque tempori-higrófilo, segundo a terminologia de Rivas-Martínez. Este habitat caracteriza-se pela ocorrência, entre outras, de espécies mais umbrófilas como a Saxifraga-espatalada

(*Saxifraga spathularis*), a Uva-do-monte ou Mirtilo (*Vaccinium myrtillus*) e também a Festuca-elegante (*Festuca elegans*), que acompanham outras espécies lenhosas como o Azevinho (*Ilex aquifolium*) e a Tramazeira (*Sorbus aucuparia*), e ainda o Bidoeiro (*Betula celtiberica*) e o Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), que ocorrem sobretudo em situações de codominância com o Teixo, dada as características mais heliófitas destas últimas. O lento crescimento do Teixo leva a que a formação dos teixedos esteja dependente de uma lenta dinâmica da paisagem florestal que nestas áreas de montanha é dominada pelo Bidoeiro e carvalhos (*Quercus robur* e *Q. pyrenaica*). Assim os núcleos de maior densidade de *Taxus baccata* parecem estar ligadas a áreas onde os exemplares destas espécies arbóreas concorrentes já se encontram em fase de senescência avançada ou mortas. Neste sentido os incêndios florestais recorrentes são uma grave ameaça a este habitat, já que a destruição da floresta atual vai favorecer a regeneração de espécies heliófitas (nomeadamente de matagais de urzes (*Erica spp.*) ou giestas (*Cytisus spp.*, *Genista florida*), numa primeira fase, e borrazeirais de *Salix atrocinerea* e/ou bidoais de *Betula celtiberica*, numa segunda), para além do consequente enfraquecimento da população de teixos, que ficará cada vez mais exposta a novos incêndios. Um exemplo desta situação é a Serra da Estrela onde a população atual de *Taxus baccata* é muito reduzida e fragmentada sobretudo devido aos ciclos recorrentes de incêndios. Para mais informações visite o sítio do projeto em

www.lifetaxus.quercus.pt 🐾



Painel informativo



Arilo maturo de *Taxus baccata*



Teixo da plantação na ribeira da Jonja

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

O PROBLEMA DA POLUIÇÃO DO PLÁSTICO E A NECESSIDADE DE ADOTAR HÁBITOS MAIS SUSTENTÁVEIS

Carmen Lima
Centro de Informação de Resíduos



Ação da Quercus - Dia Internacional sem Sacos

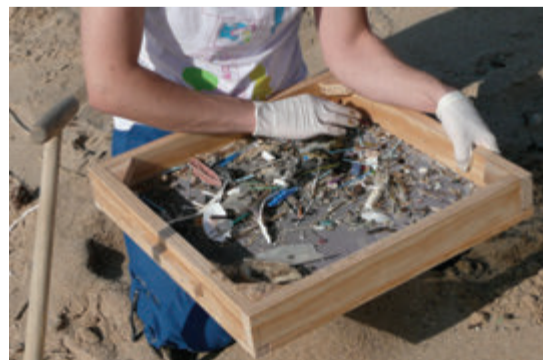
O plástico, pelas suas características, como durabilidade, foi muito utilizado, sendo incorporado em atividades industriais, medicina ou acondicionamento de alimentos e compras. É difícil imaginar uma sociedade sem plástico. No entanto, esta característica acabou por tornar-se um problema. A reduzida taxa de degradação e gestão incorreta dos resíduos de plástico, promoveu a dispersão pelo ambiente, onde se fragmenta em pequenos pedaços - microplásticos (<5mm), que vão acumulando-se principalmente em meios marinhos. Para além da poluição visual, podemos associar outros impactes: na saúde (poderão incorporar a cadeia alimentar), económicos (causam danos em equipamentos de pesca ou aquacultura, com repercussões no turismo e na limpeza de praias) e ecológicos (são confundidos por alimento e ingeridos por tartarugas, peixes ou aves). Um estudo realizado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL) em 11 praias do litoral continental português (2010/2014) mostra uma predominância de materiais de plástico em 97% das amostras recolhidas, dos quais 27% são fragmentos de plástico e resíduos de sacos.

Desde então, foi criada a APLM - Associação Portuguesa de Lixo Marinho, que debruça o seu trabalho no estudo e acompanhamento desta matéria, tendo promovido ações de sensibilização para o problema e apelado à mudança de hábitos e costumes, junto da população e outros públicos-alvo.

O consumo de sacos de plástico descartáveis, ou sacos leves, tem sido cada vez mais elevado. Estima-se que cada cidadão europeu consome em média 198 sacos de plástico/ano e, segundo a Comissão Europeia, o consumo em Portugal, rondará os 466 sacos. Os sacos leves, pela fragilidade, são difíceis de reutilizar, sendo considerados embalagens de curta-duração - um uso inferior a 12 horas. Em Portugal, a maioria dos sacos leves oferecidos são oxo-degradáveis ("100% degradável") - sacos de plástico com aditivo químico que acelera a degradação). A Quercus, desde 2011, que tem vindo a alertar para o fato destes sacos não cumprirem critérios de compostabilidade (norma CEN13432), logo não podem ser tratados com a matéria orgânica, e poderem fragilizar os processos de reciclagem, restando-lhes a incineração ou aterro. A 14 de janeiro o Parlamento Europeu apelou para que a União Europeia definisse medidas para reduzir os resíduos de plástico no ambiente, especificamente no lixo marinho, tendo sido aprovada uma proposta que aponta para reduzir o uso de sacos de plástico leves em 50% até 2017 e 80% até 2019.



Lixo Marinho



Amostragem do lixo marinho

No passado dia 3 de Junho, Dia Internacional Sem Sacos, a Quercus e a APLM realizaram uma Ação de Sensibilização a alertar para este problema, tendo apresentado ao Ministro do Ambiente e Grupos Parlamentares, uma proposta que propõe a adoção de medidas graduais distribuídas em 4 anos, entre as quais a implementação/aumento do número de eco-caixas (onde não oferecem sacos). Para hipermercados as medidas deverão ser acompanhadas de "metas de redução": 25% no 1.º ano, 50% no 2.º ano, 75% no 3.º ano e 100% até ao 4.º ano - a partir do qual não há oferta de sacos. Para o restante comércio, a redução deverá ser feita no mesmo período, sem metas pré-definidas. Fomentar o uso de sacos reutilizáveis aumenta em 50% a taxa de reutilização e contribui 20% para a otimização no seu uso, segundo estudo realizado pela Quercus e Universidade da Madeira (2009). A proposta apresentada pela Comissão para a reforma da fiscalidade verde, que inclui uma taxa para sacos de plástico descartáveis, vai ao encontro das preocupações da Quercus, no que respeita ao desincentivo para o consumo e oferta de sacos leves. Apresentar um material alternativo aos sacos de plástico descartáveis não nos parece resolver o problema da poluição ambiental causada pelo uso abusivo de sacos descartáveis. Reduzir o problema de poluição de plásticos e, consequentemente, dos microplásticos, deve passar por uma gestão de resíduos mais eficaz e eficiente, pela sensibilização/educação ambiental assertiva, dirigida a todos os sectores da sociedade e níveis etários, pelo uso de sacos reutilizáveis e sua reutilização, preferencialmente fabricados em materiais reciclados e recicláveis. ♻️

6 ANOS GREEN CORK 52 MILHÕES DE ROLHAS DE CORTIÇA RECICLADAS, 193 MIL ÁRVORES PLANTADAS, 5.800TON CO₂ RETIDAS, 1.000 GREEN CORK ESCOLAS, 167 MIL ALUNOS

No mercado português circulam anualmente cerca de 320 milhões de rolhas de cortiça. Se até 2008 essas rolhas tinham como destino o lixo, a partir desse ano passaram a poder ser recicladas através do Green Cork, projeto lançado pela Quercus que segue a máxima de "na cortiça tudo se transforma e nada se perde". Esta é a primeira iniciativa nacional de reciclagem de rolhas de cortiça. Conta com a parceria da Corticeira Amorim e a recolha de rolhas é feita com o apoio dos Hipermercados Continente, Centros Comerciais Dolce Vita, Escolas, Corpo Nacional de Escutas, Municípios, Empresas de Recolha de Óleos Alimentares Usados, Escuteiros, e outros parceiros locais, através da colocação de "Rolhinhas" nos seus espaços e da disponibilização dos seus meios de logística. Nas unidades de reciclagem, as rolhas de cortiça são trituradas e aproveitadas para a produção de novos produtos que não rolhas, constituídos por aglomerado de cortiça e que são tão diversos como revestimentos de edifícios, peças de automóvel, vestuário, decoração, etc.. Criado há 6 anos, o projeto Green Cork já conseguiu recolher e reciclar 52 milhões de rolhas de cortiça, o equivalente a 232 toneladas. Mas, a transformação das rolhas usadas não é o único objetivo do Green Cork. Os benefícios económicos que resultam da entrega das rolhas para reciclagem, são convertidos em ações de recuperação e conservação da natureza ao abrigo de ações de (re) arborização apoiadas diretamente ou através do projeto Floresta Comum. Já foram plantadas cerca de 193 mil árvores de espécies autóctones em todo o país, entre as quais o sobreiro, um dos Quercus que compõe a nossa floresta comum e que é a árvore nacional de Portugal. O projeto tem ainda na base a redução de emissões de CO₂ através do recurso à logística inversa de circuitos de distribuição já existentes. O transporte exclusivo de rolhas está reduzido ao mínimo e corresponde ao encaminhamento para as unidades recicladoras. Sendo a cortiça um material natural e tendo em consideração que a atividade económica gerada com este produto garante a preservação do sobreiro, a transformação da cortiça noutros produtos garante a retenção do carbono tanto na cortiça como no sobreiro que nunca é abatido para a retirada de cortiça. A reciclagem das rolhas já contribuiu para a retenção de 5.800 toneladas de CO₂, o equivalente à emissão de CO₂ proveniente da utilização de 1.132 carros durante 1 ano. Através do programa educativo, o Green Cork Escolas, são desenvolvidas ações com a comunidade escolar para o uso da cortiça como material natural, para o valor e preservação da floresta autóctone e para a redução de resíduos. Já com seis edições e cerca de 1000 Green Cork Escolas, 167 mil alunos participaram em atividades variadas com cortiça como a construção de papagaios e galos de Barcelos, desfiles de moda, poesia, controlo de espécies invasoras, entre outras. ♻️



CUIDAR DAS PARTES COMUNS

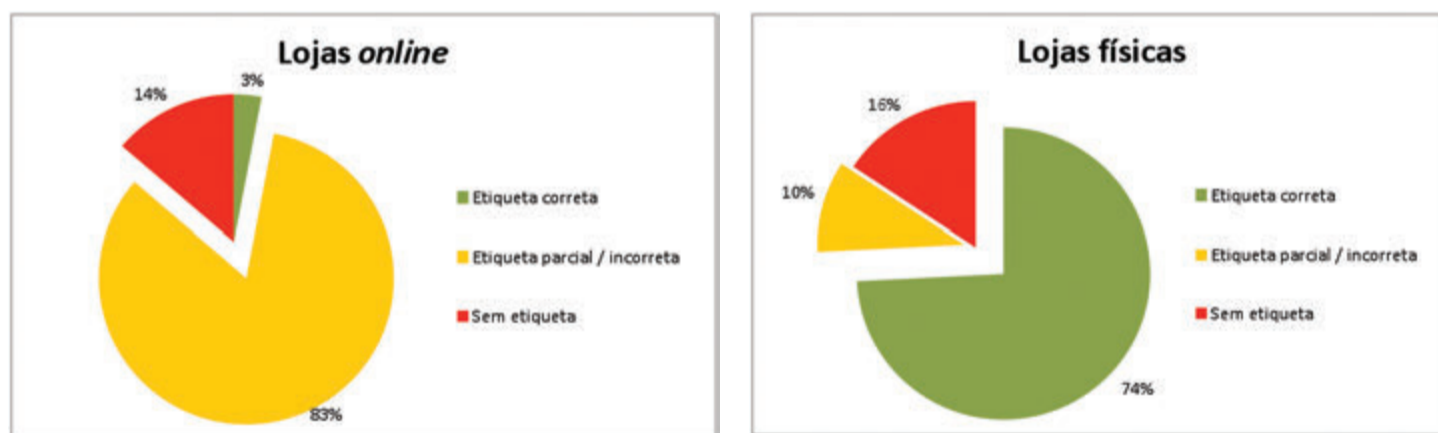
62% DAS LOJAS ONLINE NA EUROPA NÃO FORNECEM DADOS ENERGÉTICOS OBRIGATÓRIOS SOBRE EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS



Depois de visitar 225 lojas em onze países europeus, o Projeto MarketWatch - cuja responsabilidade em Portugal está a cargo da Quercus - confirmou que vários retalhistas não fornecem ainda aos consumidores a informação energética exigida por lei sobre equipamentos domésticos. Esta não conformidade ficou especialmente evidente nas lojas online, com 62% dos casos a registar. Quanto às lojas físicas, o número é menos expressivo (33%).

Em causa está a obrigação legal de fornecer a quem compra informações sobre a eficiência energética de produtos como frigoríficos, televisores e outros electrodomésticos online. No total, foram analisados 111 retalhistas online e 114 lojas físicas, numa campanha que decorreu entre o final de 2013 e o início de 2014. Em média, 62% dos produtos online não apresentam qualquer informação sobre a etiqueta energética obrigatória, ou fazem-no de forma incompleta. A disposição da informação pela ordem incorreta é a lacuna mais frequente, podendo dificultar a leitura da informação por parte do consumidor. Refira-se que esta campanha surge numa altura em que dois tribunais condenaram dois 'gigantes' das vendas online - a Amazon e a Ebay - devido a falhas na disponibilização de informação da etiqueta energética. Nas lojas físicas, os retalhistas parecem estar a seguir melhor as imposições legais, situando as percentagens médias em 12% para produtos sem etiqueta e 11% para os mal etiquetados. Os equipamentos onde se verifica maior inconformidade na afixação da etiqueta foram os televisores e os aparelhos de ar condicionado, enquanto os aparelhos de refrigeração e as máquinas de lavar (louça e roupa) registam uma elevada taxa de etiquetagem correta. No que respeita especificamente ao mercado nacional, a diferença entre lojas online e lojas físicas é ainda mais extremada, com apenas 3% dos produtos na Internet corretamente etiquetados, contrastando com os 74% das lojas físicas. Na sequência desta campanha de verificação - à qual se seguirão mais duas - o projeto MarketWatch encontra-se a colaborar com os retalhistas e a acompanhar a sua evolução. Os resultados obtidos serão transmitidos às autoridades nacionais com competência para agir judicialmente ao abrigo da Diretiva de Rotulagem Energética.

Para mais informações consultar www.market-watch.eu ou www.market-watch.org.pt.



O projeto MarketWatch, financiado pelo Intelligent Energy Europe, pretende fomentar o envolvimento da sociedade civil nas atividades de vigilância de mercado relacionadas com a conceção ecológica e com a rotulagem energética, tendo como objetivo final o aumento da conformidade dos produtos na União Europeia. Liderado pelo Energy Saving Trust do Reino Unido, o projeto envolve 16 parceiros europeus, entre organizações não governamentais, agências de energia e associações de consumidores, sendo a Quercus responsável pela sua implementação em Portugal. ♻️



CENTRAL DE SINES EM 27º LUGAR DO TOP30 DAS CENTRAIS A CARVÃO MAIS POLUENTES DA EUROPA

As emissões de dióxido de carbono (CO₂) das centrais a carvão na União Europeia (UE) estão a destruir os esforços da sua política climática. É o que revela o relatório "Europe's Dirty 30", divulgado a 22 de julho pela Rede Europeia de Ação Climática - da qual a Quercus faz parte - a WWF, o European Environmental Bureau (EEB), a Health and Environment Alliance (HEAL) e Aliança Climática Alemã.

Como o seu próprio nome indica, este relatório dá a conhecer o Top30 das centrais termoelétricas mais poluentes da União Europeia, com base nas suas emissões de CO₂, sendo os primeiros lugares ocupados pela Alemanha e o Reino Unido, com nove centrais a carvão cada.

Este documento revelou ainda que muitas das centrais a carvão existentes estão a funcionar em plena capacidade, ou perto disso, devido ao preço relativamente baixo deste combustível fóssil em relação ao gás natural. Tal conduziu a um aumento das emissões de CO₂, apesar da rápida expansão das energias renováveis e de, em termos globais, se ter registado, na UE, uma redução global nas emissões de gases com efeito de estufa.

Portugal surge também representado neste 'Europe's Dirty 30', através da Central Termoelétrica de Sines, a de maior potência entre as duas existentes no nosso país. Apontada como uma das mais poluidoras na Europa, ocupa a 27ª posição neste Top30.

Nos últimos anos, Portugal tem vindo a aumentar a utilização das centrais a carvão, devido ao preço deste combustível fóssil no mercado internacional, conjugado com o reduzido preço das licenças de emissão de carbono. É esta a razão pela qual as emissões no setor elétrico não decresceram tanto quanto poderiam perante o enorme investimento feito em energias renováveis.

Previsto para o início da próxima década, o fim da atividade desta Central deverá, idealmente, criar condições para completar a produção de eletricidade renovável com as centrais de ciclo combinado a gás natural, com melhor desempenho ambiental, e até então praticamente paradas.

Novamente no quadro comunitário, o elevado uso do carvão em alguns dos Estados-Membros mais populosos, como o Reino Unido e a Alemanha, pode deitar por terra as ambições climáticas da União Europeia, caso não consiga reduzir gradualmente as emissões associadas à combustão do carvão.

Esta deverá, pois, ser a grande prioridade: a eliminação rápida das emissões de CO₂ provenientes da queima de carvão que, sublinhe-se, é responsável por outros poluentes ligados a várias ameaças para a saúde humana, incluindo a asma e o cancro. A poluição atmosférica foi, aliás, recentemente identificada pela Organização Mundial de Saúde como uma causa ambiental de morte por cancro.

O cenário não deixa muita margem de manobra, caso de pretenda honrar as metas climáticas comunitárias e proteger a saúde dos cidadãos europeus. Feito o diagnóstico, há ainda luz ao fundo do túnel: o relatório mostra que ainda é possível evitar alterações climáticas catastróficas. Para tal é necessário cortar, sem demoras e hesitações, nas emissões de carbono e um dos caminhos passa, claramente, por contrariar a sua dependência do carvão. 🌱



É urgente cortar nas emissões de CO₂

ECOCONSUMO

QUERCUS AJUDA AUTARQUIAS E CONSUMIDORES A POUPAR ÁGUA E ENERGIA

Palavras como poupança ou consumo sustentável estão na ordem do dia e, felizmente, temos cada vez mais recursos ao nosso dispor para sermos consumidores eficientes. Ao consumir de acordo com as necessidades reais e aproveitar a tecnologia cada vez mais amiga da eficiência, temos o melhor de dois mundos: ao benefício ambiental junta-se a poupança económica.

É com esta filosofia que a Quercus está a desenvolver o Projeto EcoConsumo - Ferramentas de apoio para o consumo sustentável de energia e água, apoiado pelo Fundo do Consumidor (Direção Geral de Consumo). Disponibilizando várias ferramentas práticas, esta iniciativa quer criar cidadãos mais informados sobre como podem cortar nos consumos de água e energia em casa.

Serão disponibilizados materiais de sensibilização e também simuladores de consumo na Internet (**em www.ecocasa.pt**), disponíveis também em versão mobile, para visualização em smartphones e tablets.

Por outro lado, serão também realizadas ações de formação sobre estes temas dirigidas a técnicos de municípios, juntas de freguesia e entidades particulares de apoio social local, que trabalhem no aconselhamento do público em geral e de grupos de cidadãos mais desfavorecidos, em particular. Estas ações são gratuitas e percorrerão os 18 distritos de Portugal Continental. 🌱

Mais informações: www.ecocasa.pt | ecocasa@quercus.pt | 213462210



CHEGARAM OS NOVOS SIMULADORES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA

VISITE-OS EM WWW.ECOCASA.PT



Projeto apoiado pelo Fundo para a Promoção dos Direitos do Consumidor.

PARCEIROS

MECENAS PRINCIPAL

CONTINENTE

MECENAS ECOCASA

Vulcano
SOLUÇÕES DE ÁGUA QUENTE

INDAQUA

ÁGUAS DO REBATEJO

ADENE
AGÊNCIA PARA A ENERGIA

B/S/H/

APOIO ECOCASA

Billica da Caldeira, S.A.

sapa:
A escolha para o seu espaço

Miele

LG
Linha Geral

isoenergy?
soluções de climatização inteligente

ecofree

SOLAR

ENERGY FACTORY

EMPRESAS ASSOCIADAS

ECOTOPIA

LIVROS

Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal

Vários Autores
Assírio & Alvim Editores
PVP: € 45,00

O Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal classifica as espécies de vertebrados que utilizam o território nacional (peixes dulciaquícolas e migradores, anfíbios e répteis, aves e mamíferos) em função da sua probabilidade de extinção, num dado período de tempo.

O Livro Vermelho permite:

- classificar as espécies em função do seu maior ou menor risco de extinção;
- documentar de forma consistente o conhecimento de base para proceder a essa avaliação;
- identificar as ameaças e medidas de conservação necessárias para melhorar o estatuto das espécies ameaçadas e quase ameaçadas;
- proporcionar às autoridades competentes, organizações não governamentais e ao público em geral, uma ferramenta prática de conservação;
- contribuir para o Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados e Inventário da Biodiversidade.

Os primeiros Livros Vermelhos existentes em Portugal datavam de 1990 (mamíferos, aves, répteis e anfíbios), 1991 (peixes dulciaquícolas e migradores) e 1993 (peixes marinhos e estuarinos), encontrando-se a sua informação desatualizada.

Durante a década de 90, várias entidades oficiais, incluindo o então ICN - Instituto da Conservação da Natureza, atual ICNF, instituições de investigação científica e organizações não governamentais, cuja área de atuação é a conservação da natureza, desenvolveram vários projetos de grande relevância sobre distribuição, monitorização, ecologia e comportamento de Espécies. Como resultado, o conhecimento sobre as espécies aumentou, ao mesmo tempo que ocorreram alterações nas condições ecológicas, pelo que se tornou conveniente rever e atualizar aqueles Livros.

Por outro lado, a IUCN - **International Union for Conservation of Nature** - estabeleceu, em 2001, novas categorias de ameaça que se basearam, pela primeira vez, num conjunto de critérios de natureza quantitativa e que pretendem avaliar os diferentes fatores que afetam o risco de extinção das espécies.

O trabalho de revisão do Livro Vermelho, que decorreu entre 2001 e 2004, incluiu os seguintes grupos taxonómicos - Peixes Dulciaquícolas e Migradores, Anfíbios, Répteis, Aves e Mamíferos.

Fonte: www.icnf.pt 🌿



LINK AMBIENTAL

Conservacao.quercus.pt

Desde a sua fundação, em 1985, a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, tem dedicado especial atenção à temática Conservação da Natureza e da Biodiversidade, implementando diversos projectos no terreno com os donativos de cidadãos e empresas.

Este trabalho, aliado a uma acção transversal nas mais diversas áreas no domínio do ambiente valeram em 1992, o Prémio Global 500 das Nações Unidas e o título de membro honorário da Ordem do Infante D. Henrique.

Conheça alguns dos projectos neste sítio da Internet. 🌿



RETRATO

NÁIADE-DO-SUL

UNIO TUMIDIFORMIS
CASTRO, 1885

Família: Unionidae

A Náia-de-do-Sul (*Unio tumidiformis*) é uma espécie de mexilhões-de-rio validada em 2009, endêmica do sudoeste da Península Ibérica (bacias do Guadiana, Mira e Sado), que substitui na fauna ibérica a espécie *Unio crassus*, apenas presente na Europa Central. Originalmente descrita em 1885 por José da Silva e Castro com base em exemplares recolhidos no rio Sado, foi durante muito tempo considerado apenas mais um nome a juntar à longa lista de sinónimos de alguma outra espécie Europeia. A validade da espécie foi confirmada recentemente através de estudos genéticos, morfológicos e do ciclo de vida, que confirmam também que se trata de um parente distante da espécie *Unio crassus* apenas presente no centro da Europa.



Paulo Lucas

Habitat

Esta espécie vive em cursos de água temporários, tipo mediterrânicos, onde os núcleos populacionais se concentram nos pégos de água permanentes. Na época seca concentra-se nos pégos, e quando o rio recupera a conectividade desloca-se para as margens onde se refugia entre as raízes da vegetação ripícola.

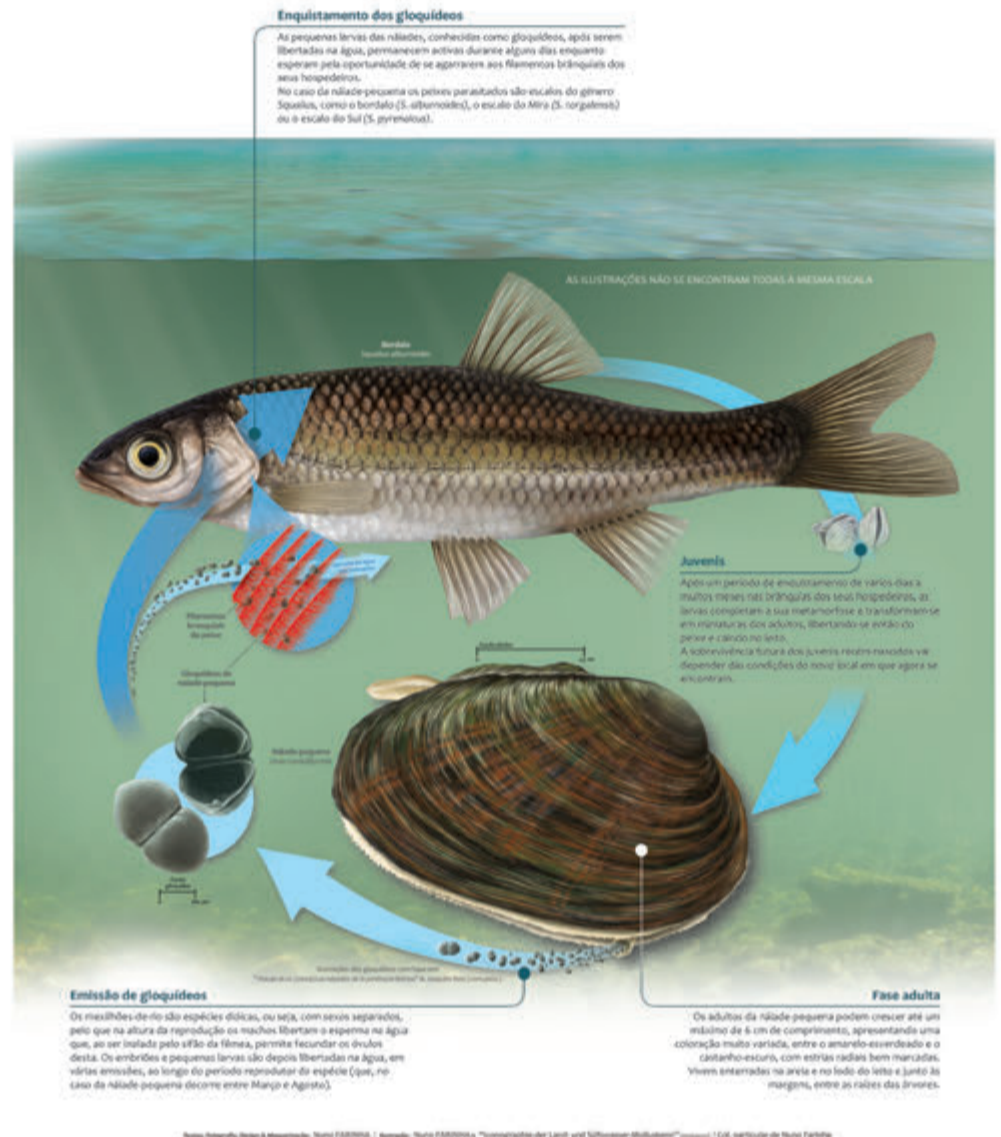


AD

Habitat

Descrição

É uma espécie de pequenas dimensões (máximo 6 cm) com crescimento rápido e longevidade até 7 anos. Atinge a maturação sexual a partir dos 2 anos de idade. Os seus gloquídeos apenas se transformam com sucesso em juvenis em peixes do género *Squalius*, onde se fixam preferencialmente às brânquias. A época de reprodução vai de Março a Julho, época em que os gloquídeos são libertados pelas fêmeas. A metamorfose demora um máximo de duas semanas, sendo a sua duração inversamente proporcional à temperatura da água. O juvenil recém libertado do peixe deve enterrar-se em substrato fino, onde no primeiro ano de vida pode crescer até 1,5 cm.



Ciclo de Vida

Ameaças

A maior ameaça à sobrevivência desta espécie é a tendência crescente para épocas secas mais frequentes e prolongadas, ameaçando a continuidade dos pégos de água permanentes essenciais à subsistência da espécie. A alteração da composição específica da ictiofauna nos rios que habita, com substituição de espécies nativas por espécies exóticas, é provavelmente a segunda maior ameaça. Por fim, a alteração do habitat, em particular a eliminação da vegetação ripícola, a alteração do leito do rio e a construção de açudes e barragens contribuem para a regressão desta espécie.

Distribuição

A sua distribuição é muito restrita, a maioria das populações é pouco abundante e sem juvenis, é muito específica no que toca ao hospedeiro das suas larvas, e tem o habitat muito ameaçado (cursos de água temporários tipo mediterrânicos) que tornam esta espécie uma das mais ameaçadas da Europa. Uma vez que a espécie *Unio crassus* está incluída nos anexos II e IV da Directiva Habitats, e uma vez que a designação *Unio tumidiformis* substitui a anterior na Península Ibérica, a Directiva Habitats constitui o único instrumento legal para protecção da espécie.

Conservação

Sendo a espécie extremamente vulnerável aos efeitos das alterações climáticas, torna-se fundamental tomar medidas que assegurem a presença de água em pégos estáveis nos rios em que ocorre. Tais medidas passam pela gestão dos usos de água na região, condicionando esses usos à manutenção de um nível freático que garanta a presença de água superficial. No limite pode ser necessário criar artificialmente refúgios estivais. Devem também ser tomadas medidas para limitar as alterações à ictiofauna. Deve ser assegurada uma linha de vegetação ripícola nos cursos de água onde habita que garanta a estabilidade da margem, proporcionando assim um refúgio adequado à espécie durante o inverno, assim como ensombramento que evite grandes flutuações térmicas no verão. No caso de populações muito ameaçadas deverão equacionar-se programas de reprodução em cativeiro para reforço das mesmas, associados a medidas de gestão e recuperação da ictiofauna e do habitat. 🌿

 **Clean up the world**
"Limpar o Mundo,
Limpar Portugal"

20 Setembro
> 14h 30

Encontro: Parque de Estacionamento da Ex-Bracalândia
(actual Instituto de Nanotecnologia)

Local e tempo: Acesso ao Bom Jesus e Sameiro

• Inscrições: www.querqus.pt
• informações: braga@querqus.pt
927 986 133



 **Agricultura Biológica**
"curso"

27 Setembro
15 e 25 Outubro
8 e 22 Novembro
13 Dezembro

14h 30 às 17h 30

Quinta Pedagógica de Real, Braga

• Sócios: 54€
• Não Sócios: 67€
• Mínimo de inscrições: 11 formandos

• Inscrições: www.braga.querqus.pt
• informações: braga@querqus.pt
927 986 133



 **Observação de Aves**

5 Outubro
10h às 12h

Parque Bom Jesus do Monte, Braga

• Francisco Areias e Rui Santos

• Inscrições gratuitas mas obrigatórias, até **2 Outubro**

• Adultos e crianças

• Levar binóculos e guias de identificação

• Inscrições: www.braga.querqus.pt
• informações: braga@querqus.pt
927 986 133



 **Apicultura em MPB**
"tertúlia"

10 Outubro
21h 30

café "A Brasileira", Braga

• Oradora: **Manoel Carlos Baptista**

• Entrada Livre

• informações: braga@querqus.pt
927 986 133



 **Remédios Caseiros**
"oficina"

25 Outubro
17h às 18h

Quinta Pedagógica de Real, Braga

• Inscrições gratuitas

• Inscrições: www.braga.querqus.pt
• informações: braga@querqus.pt
927 986 133



 **Organismos Geneticamente Modificados**
"tertúlia"

14 Novembro
21h 30

café "A Brasileira", Braga

• Oradora: **Johan Diels**

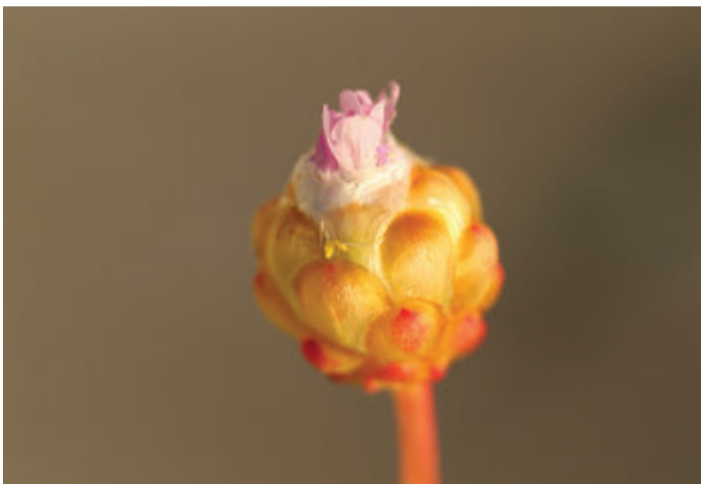
• Entrada Livre

• informações: braga@querqus.pt
927 986 133



ZOOM

CONSERVAR PARA O FUTURO



CONTO DA NATUREZA

O NARCISO SOLITÁRIO



Algures na Serra da Estrela, no início da primavera, num extenso campo de feno destacava-se uma bela e imponente flor. Todos a olhavam à distância, com admiração, mas esta ficava sempre a olhar-se a ela própria sem ligar a ninguém. Não aguentando a curiosidade, um pequeno rato do campo aproximou-se dela e, timidamente, disse:

“Bom dia. Peço imensa desculpa por estar a incomodar mas nunca vi uma flor como tu e tinha que te perguntar quem és.”

“Oh, bom dia! Eu é que peço desculpa, estava aqui a pensar com as minhas tépalas e nem reparei que estavas aí... Eu sou o *Narcissus pseudonarcissus* subespécie *nobilis*.”

“Oh, desculpe alteza” diz o rato muito atrapalhado “devia de ter percebido que pertencia à nobreza. Realmente é um ser sem igual!”

“Não ratinho, nada disso. Este é só o meu nome científico mas todos me tratam por Narciso-trombeta. Não tenho nada a ver com e realeza.” Explica.

“Ah, então está bem. Realmente és parecido com o instrumento, já percebi porque te chamam assim.” Diz o rato satisfeito.

“Pois é. Sou da família dos narcisos, já deves ter visto outros por aí, mas da minha espécie há muito poucos, estamos muito ameaçados. Já só tenho família no norte de Portugal e Espanha.”

“Ai sim? E porque estão ameaçados.” Pergunta o rato consternado.

“Precisamente por sermos diferentes, pela nossa beleza. As pessoas apanham-nos e levam-nos para casa deixando cada vez menos na natureza. E depois os locais onde gostamos de viver costumam ter pastoreio e com o pisar desses grandes animais os solos vão ficando mais compactados e depois nós não conseguimos sair da terra e viver nesses sitios.” Explica o narciso.

“Então estás com sorte, porque aqui o gado vai todo pastar para longe. Dizem que já há alguns anos que aqui, neste prado, não pasta nenhum gado.”

“Bem sei, não é por acaso!”

“Não?” Pergunta o rato curioso.

“Não. É por causa de um projeto de conservação da Quercus. Como eles sabem que somos poucos e que estamos ameaçados, e que este campo é perfeito para nós vivermos, pediram às pessoas para não virem para aqui pastar o gado.”

“Ah então é por isso que este campo está sempre tão verdinho e com a terra tão fofinha. Para mim também é ótimo para poder fazer buracos e me esconder.” Diz o rato.

“Pois é, tive muita sorte em nascer aqui...” Diz o narciso contemplando o campo e voltando à nostalgia com que o rato o tinha encontrado.

“Deve ser uma vida muito solitária, estares aqui sozinho o tempo todo...”

“Mas eu não estou sozinho! Somos muitos narcisos-trombeta a viver aqui.” Explica.

“A sério? E onde estão os outros” Pergunta o rato.

“Devem estar a aparecer. Mais umas horas e vais ver este campo cheio de narcisos como eu.” Diz com orgulho.

“Não acredito! E como é que eles vêm?”

“Já cá estão!”

“Estás a brincar comigo!” Exclama o rato olhando à sua volta.” Não vejo aqui nenhuma flor como tu, nem tão pouco folhas como as tuas...”

“Estão debaixo do solo. Somos bolbos e estamos aqui o ano inteiro. Só quando chega a março é que saímos cá para fora e nascem as nossas folhas e as flores.”

“Uau! Deve ser um espetáculo digno de se ver!”

“Sim é uma grande alegria quando nos revemos cá fora, mas também é uma altura perigosa para nós.

Assim como tu gostas de ver, também as pessoas que por aqui passam gostam e algumas ficam com vontade de nos levar para casa e arrancam-nos do solo, com o bolbo e tudo.”

“Oh, isso é terrível! Quer dizer que depois há cada vez menos narcisos aqui.”

“Isso mesmo, sem o bolbo já não conseguimos voltar a nascer.”

“E as flores e as folhas, não precisam?”

“Não. Depois de nos reproduzirmos, as folhas e as flores secam e fica o bolbo debaixo do solo a dormir até à próxima primavera.”

“Isso quer dizer que morrem e voltam a nascer?” Pergunta o rato curioso.

“Não é bem. Tu às vezes também não perdes pêlos e bigodes?”

“O tempo todo! Ainda ontem me caiu um bigode que tanta falta me faz...”

“E depois o que acontece?”

“Volta a nascer...”

“Então connosco é mais ou menos a mesma coisa mas por motivos diferentes.”

“Ah, já estou a perceber!”

“Vais ver, se cá voltares amanhã já vais poder conhecer o resto da família.”

“Estou ansioso para os conhecer, e para ver este campo cheio de flores amarelas. Vai alegrar muito a paisagem!”

“Sim, modéstia à parte, as nossas flores são mesmo muito bonitas. Nenhum outro narciso tem esta coroa dourada e as pétalas amarelo-pálido.”

“Ah, então afinal sempre pertences à realeza, tens uma coroa dourada e tudo!” Riem-se os dois com a brincadeira.

“Tens razão. Somos os reis deste prado!” Exclama o narciso com alegria. Os dois ficam ainda a conversar até se fazer noite. Despedem-se e o rato procura abrigo ali bem perto. No dia seguinte quer acordar cedo para ver o espetáculo. Mal ele sabe o espetáculo que realmente é aquele prado dourado com narcisos. Afinal o seu novo amigo narciso não é solitário como ele pensou, mas a sua conservação é muito importante ou algum dia poderá ser mesmo o último. 🌱

**Com sabedoria e esperteza,
Podemos conservar a natureza.**

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

ÁGUA/OCEANOS

DR 149 SÉRIE I de 2014-08-05
Portaria n.º 154/2014 - MAOTE

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas localizadas no concelho do Barreiro e revoga a Portaria n.º 963/2010, de 23 de setembro

AGRICULTURA/CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA/PESCA

DR 119 SÉRIE I de 2014-06-24

Portaria n.º 124/2014 - PCM, MAOTE, MAM

Estabelece os critérios de classificação e desclassificação de arvoredo de interesse público, os procedimentos de instrução e de comunicação e define o modelo de funcionamento do Registo Nacional do Arvoredo de Interesse Público

Decreto-Lei n.º 95/2014 - MAM

Estabelece as regras a que deve obedecer a denominação de venda dos géneros alimentícios provenientes de «porco preto», em estado fresco ou transformado

DR 120 SÉRIE I de 2014-06-25

Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2014 - PCM

Aprova um regime excepcional de dispensa de serviço público dos trabalhadores da Administração Pública que cumulativamente detenham a qualidade de bombeiro voluntário, quando sejam chamados pelo respetivo corpo de bombeiros para combater um incêndio florestal

Portaria n.º 128/2014 - MAM

Estabelece para 2014, um período de exercício da pesca do camarão-branco-legítimo com armadilhas de sombraira

Portaria n.º 131/2014 - MAM

Estabelece para 2014, um período de exercício da pesca da sardinha com arte de cerco

DR 129 SÉRIE I de 2014-07-08

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2014 - PCM

Aprova a inclusão do Sítio Ria de Aveiro na Lista Nacional de Sítios

DR 142 SÉRIE I, 2º SUPLEMENTO de 2014-07-25

Portaria n.º 149-C/2014 - MAM

Determina, para 2014, um período de interdição da pesca de lagostim

DR 144 SÉRIE I de 2014-07-29

Aviso n.º 71/2014 - MNE

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de aprovação da Emenda ao Acordo sobre a Conservação dos Morcegos na Europa, assinado em Londres, em 4 de dezembro de 1991, adotada em Bristol de 24 a 26 de julho de 2000

DR 146 SÉRIE I de 2014-07-31

Resolução da Assembleia da República n.º 72/2014 - AR

Recomenda ao Governo a adoção de medidas de apoio à atividade de produção de moluscos bivalves

Resolução da Assembleia da República n.º 73/2014 - AR

Recomenda ao Governo medidas para a proteção e valorização da produção de bivalves no Algarve

DR 149 SÉRIE I de 2014-08-05

Decreto-Lei n.º 115/2014 - MAM

Transpõe a Diretiva de Execução n.º 2014/19/UE, da Comissão, de 6 de fevereiro de 2014, que altera o anexo I da Diretiva n.º 2000/29/CE, do Conselho de 8 de maio, relativa às medidas de proteção contra a introdução no espaço europeu de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais e contra a sua propagação no interior da União Europeia, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro

DR 150 SÉRIE I de 2014-08-06

Decreto-Lei n.º 120/2014 - MAM

Procede à 11.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2004, de 30 de junho, que estabelece o regime geral do Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas, transpondo a Diretiva de Execução n.º 2013/57/UE, da Comissão, de 20 de novembro de 2013

DR 154 SÉRIE I de 2014-08-12

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 9/2014/M - RAM - AL

Resolve apresentar à Assembleia da República a Proposta de Lei em defesa da agricultura familiar na Região Autónoma da Madeira

DR 158 SÉRIE I de 2014-08-19

Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2014/A - RAA - PG

Estabelece a natureza, composição e normas de funcionamento do Conselho Regional da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2014/A - RAA - PG

Cria o Parque Arqueológico Subaquático da Caroline na ilha do Pico

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 10/2014/M

Recomenda ao Governo da República a tomada de medidas de proteção zao peixe-espada preto na Região Autónoma da Madeira

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 11/2014/M

Recomenda ao Governo da República, com caráter de urgência, ações de recuperação da frota espadeira da Região Autónoma da Madeira (RAM) junto das instâncias comunitárias, preservação e proteção do peixe-espada-preto

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR/MOBILIDADE

DR 119 SÉRIE I de 2014-06-24

Decreto-Lei n.º 94/2014 - MAOTE

Estabelece a disciplina aplicável à potência adicional e à energia do sobreequipamento produzida por centros eletroprodutores cuja energia elétrica seja remunerada por um regime de remuneração garantida

DR 120 SÉRIE I de 2014-06-25

Portaria n.º 126/2014 - MF, MAOTE

Estabelece a proporção de substituição parcial de constituição de reservas de segurança aos operadores obrigados e o limite de reservas próprias a deter pela Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E. P. E.

Portaria n.º 127/2014 - MAOTE

Primeira alteração à Portaria n.º 59/2013, de 11 de fevereiro, que fixa a data de extinção das tarifas transitórias para fornecimento de gás natural aos clientes finais com consumos anuais superiores a 10000m³

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DR 118 SÉRIE I de 2014-06-23

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2014 - PCM

Prorroga, pelo prazo de um ano, a vigência da suspensão parcial do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Cascais e do Regulamento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Cascais (Cidadela)-Forte de São Julião da Barra, bem como das respetivas medidas preventivas

Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2014/A - RAA - PG

Altera o Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2012/A, de 20 de fevereiro, que suspende parcialmente o Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada

DR 122 SÉRIE I de 2014-06-27

Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2014 - PCM

Determina a suspensão parcial dos Planos Diretores Municipais de Boticas, Cabeceiras de Basto, Chaves, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, na área destinada à implantação do Sistema Electroprodutor do Tâmega, e estabelece as respetivas medidas preventivas

DR 124 SÉRIE I de 2014-07-01

Portaria n.º 134/2014 - MAOTE

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Montalegre

DR 128 SÉRIE I de 2014-07-07

Portaria n.º 137/2014 - MAOTE

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Santa Maria da Feira

DR 134 SÉRIE I de 2014-07-15

Portaria n.º 144/2014 - MAOTE

Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Santarém

DR 135 SÉRIE I de 2014-07-16

Lei n.º 45/2014 - AR

Autoriza o Governo a introduzir disposições de natureza especial em matéria de regime das contraordenações, no contexto da criação de um regime excepcional e extraordinário de regularização a aplicar aos estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes

DR 152 SÉRIE I de 2014-08-08

Decreto n.º 23/2014 - MAM

Exclui do regime florestal parcial uma parcela de terreno baldio com a área de 2,5 ha, situada no Lugar de Merujal, freguesia de Urró, do município de Arouca, e que integra o Perímetro Florestal da Serra da Freita

DR 158 SÉRIE I de 2014-08-19

Portaria n.º 158/2014 - MAOTE

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oliveira do Hospital

RESÍDUOS

DR 120 SÉRIE I de 2014-06-25

Decreto-Lei n.º 96/2014 - MAOTE

Estabelece o regime jurídico da concessão da exploração e da gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados

DR 125 SÉRIE I de 2014-07-02

Decreto-Lei n.º 98/2014 - MAOTE

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/2001, de 10 de dezembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2008, de 21 de julho, que constitui a sociedade RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., bem como à alteração dos estatutos desta sociedade

Decreto-Lei n.º 99/2014 - MAOTE

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/96, de 3 de julho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro e à alteração dos estatutos da sociedade SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.

Decreto-Lei n.º 100/2014 - MAOTE

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116/96, de 6 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura e à alteração dos estatutos da sociedade VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.

Decreto-Lei n.º 101/2014 - MAOTE

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 114/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado e à alteração dos estatutos da sociedade RESULIMA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.

Decreto-Lei n.º 102/2014 - MAOTE

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/96, de 5 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e à alteração dos estatutos da sociedade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S. A.

Decreto-Lei n.º 103/2014 - MAOTE

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/96, de 5 de agosto,

que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho e à alteração dos estatutos da sociedade VALORMINHO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Decreto-Lei n.º 104/2014 - MAOTE

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de março, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da margem sul do Tejo e à alteração dos estatutos da sociedade AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.

Decreto-Lei n.º 105/2014 - MAOTE

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2001, de 23 de janeiro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano e à alteração dos estatutos da sociedade VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.

Decreto-Lei n.º 106/2014 - MAOTE

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e à alteração dos estatutos da sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Decreto-Lei n.º 107/2014 - MAOTE

Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 109/95, de 20 de maio, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Algarve e à alteração dos estatutos da sociedade ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Decreto-Lei n.º 108/2014 - MAOTE

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e à alteração dos estatutos da sociedade VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A.

DR 126 SÉRIE I de 2014-07-03

Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A - RAA - AL

Cria medidas para a redução do consumo de sacos de plástico e aprova o regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico distribuídos ao consumidor final

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

DR 80 SÉRIE I de 2014-04-24

Decreto-Lei n.º 62/2014 - ME

Transpõe a Diretiva n.º 2013/10/UE, da Comissão, de 19 de março de 2013, que altera a Diretiva n.º 75/324/CEE,

do Conselho, de 20 de maio de 1975, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes às embalagens aerossóis, a fim de adaptar as suas disposições de rotulagem ao Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 61/2010, de 9 de Junho

DR 101 SÉRIE I de 2014-05-27

Decreto-Lei n.º 85/2014 - MAOTE

Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono

OUTROS

DR 119 SÉRIE I de 2014-06-24

Mapa Oficial n.º 1/2014 - CNE

Eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu realizada em 25 de maio de 2014

DR 120 SÉRIE I de 2014-06-25

Portaria n.º 125/2014 - MF, MAOTE

Fixa a estrutura nuclear da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

DR 138 SÉRIE I de 2014-07-21

Decreto-Lei n.º 114/2014 - MAOTE

Estabelece os procedimentos necessários à implementação do sistema de faturação detalhada previsto na Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que procedeu à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, relativamente aos serviços públicos de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos

DR 142 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2014-07-25

Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-B/2014 - PCM

Estabelece o prazo de indisponibilidade das ações, no âmbito do processo de privatização do capital social da Empresa Geral de Fomento, S. A.

DR 149 SÉRIE I de 2014-08-05

Decreto-Lei n.º 116/2014 - MAM

Cria uma linha de crédito com juros bonificados dirigida às empresas do setor da pesca do continente

LEGENDA

AR - Assembleia da República

MAM - Ministério da Agricultura e do Mar

MAMAOT - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente

e do Ordenamento do Território

MAOTE - Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

MDN - Ministério da Defesa Nacional

ME - Ministério da Economia

MEC - Ministério da Educação e Ciência

MF - Ministério das Finanças

MFE - Ministério das Finanças e da Economia

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

MS - Ministério da Saúde

MSESS - Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social

PCM - Presidência do Conselho de Ministros

PCM - SG - Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria Geral

PCM - CJ - Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico

RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

RAA - SGAM - Região Autónoma dos Açores - Secretaria-geral do Ambiente e do Mar

RAM - AL - Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

RAM - PG - Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Fonte: Diário da República Eletrónico - Sumários (<http://dre.pt/>)

PROPOSTAS DIDÁTICAS

Paula Barbosa

PATÉ DE TOFU RECEITA DO ALMOÇO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DE 12 DE JULHO



Paula Barbosa

Ingredientes

- _ 500g de tofu
- _ 2 chávenas grandes de lentilhas descascadas
- _ 1 cebola
- _ sal q. b.
- _ azeite q. b.
- _ coentros

Preparação:

Cortar o tofu em cubos e cozer de água e sal, durante cerca de 10 minutos. Pôr a escorrer. Lavar muito bem as lentilhas e cozer com 3 chávenas de água. Depois de estarem desfeitas juntar ao tofu. Picar a cebola e deitar a "estalar" sem gordura; acrescentar um pouco de água, só para cozer um bocadinho a cebola, com um fio de azeite. Acrescentar a cebola à mistura das lentilhas e do tofu. Fazer em puré com a varinha mágica, juntando depois os coentros picadinhos e mais um pouco de azeite. Rectificar o sal.

Bom apetite! 🍴

Paté de Tofu

16 DE OUTUBRO . DIA DA ALIMENTAÇÃO

Junte-se ao Núcleo Regional do Porto e à Eng^a Liliana Pinto para o

WORKSHOP DE TREMOÇOS BIOLÓGICOS



18h00-19h30 Quinta da Gruta, Maia
Mais informações: porto@quercus.pt
Oferta de embalagem de Tremoço Bio



Fim-de-Semana por Terras Mirandesas



Conhecer mais sobre a subespécie asinina, característica da região de Terras de Miranda e sensibilizar para a sua importância

28 Set

Centro de Valorização do Burro de Miranda
Aldela de Atenor
Concelho de Miranda do Douro

09h00 Ponto de partida: Casa da Música;
12h00 Recepção dos visitantes;
12h30 Almoço;
14h00 Visita ao Centro de Valorização do Burro de Miranda;
14h30 Maneio animal (interacção com os burros: escovagem, aparelhamento dos animais para o passeio de burro e condução);
15h00 Passeio de burro;
19h00 Regresso do passeio de Burro;
18h00 Acondicionamento e alimentação dos burros;
19h30 Jantar;
21h00 Mostra do documentário "Li Burros Caem num Estômago Vazio" de Tiago Pereira, que aborda a etnografia do nordeste transmontano, centrando-se na relação entre burros e a população local;
22h30 Pernoita no Albergue Juvenil do Barrocal do Douro.

29 Set

Centro de Interpretação dos Pombeis Tradicionais
Aldela de Dva
Concelho de Vimioso

09h00 Viagem até à aldeia de Dva;
09h30 Recepção dos visitantes na aldeia de Dva;
10h00 Percorso Pedestre dos Pombeis Tradicionais: Visita ao interior de um Pombeil Tradicional; Ecologia e arquitectura do Pombeil Tradicional;
12h30 Almoço;
15h00 Fim das actividades e regresso ao ponto de encontro.

Mais informações em formacoes.iniciativas.quercus@gmail.com

Valor para sócios (Quercus ou AEPGA): 45 euros; Não sócios: 50 euros.
Este valor inclui: Alojamento em albergue para quatro pessoas (partilhado entre os participantes), almoços, jantar, percurso com guia, passeio de burro e visualização do documentário.



ROSTOS QUERCUS



Como te chamas?

Alexandrina do Carmo Gonçalves Pipa

Que idade tens?

37 Anos

O que fazes na Quercus?

De tudo o que posso e consigo...espero fazê-lo bem!... Sempre disse e posso escrevê-lo: para mim a Quercus não é um emprego, mas sim uma causa. Aceito o ordenado porque preciso dele para viver. Acima da funcionária está a voluntária que também faz parte da Direção do Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura onde, sempre que pode, se envolve na sua dinamização e que, sempre que possível, participa nas atividades organizadas local ou nacionalmente. Embora colabore mais com os grupos da Conservação e da Água, partilho das preocupações das outras áreas de trabalho que engrandecem esta Associação. Neste momento estou a trabalhar no Projeto Life Ecotone, no âmbito do qual estamos a tentar reproduzir duas espécies ameaçadas de Mexilhão-de-água-doce (a *Margaritifera margaritifera* e o *Unio tumidiformis*); depois do Projeto "Habitats Conservation", comecei este ano a trabalhar também no projeto desenvolvido pelo Grupo da Água "dQa-Cidadania para o acompanhamento das políticas públicas da água", um projeto apoiado pelas medidas EEA Grants com o qual pretendemos sensibilizar os decisores políticos e a população para a necessidade de cumprir a diretiva quadro da água e a diretiva relativa ao tratamento de águas residuais urbanas, para assim garantir a melhoria da qualidade dos nossos cursos de água. Sou ainda responsável pela gestão do Posto Aquícola de Campelo onde, para além de algumas ações do projeto "Ecotone", continuamos a desenvolver o projeto de "Conservação ex-situ de Organismos Fluviais", no âmbito do qual temos estado a reproduzir com sucesso várias espécies autóctones ameaçadas de extinção.

Quando sentiste o primeiro apelo pelo ambiente?

Nasci no campo e desde muito cedo comecei a explorar todos os recantos campestres, sendo que, na minha imaginação e a até dada altura, o mundo era composto por floresta, e animais que viviam, talvez, de forma mais ou menos harmoniosa. Mais tarde, lembro-me que na escola ficava indignada com a temática da poluição provocada por fábricas e escrevia composições sobre isso, depois, nas aulas de filosofia participei empolgada em grandes discussões sobre o Homem, a Ciência e a Tecnologia mas, na verdade, só tive noção dos graves problemas ambientais quando comecei a colaborar com o Núcleo do Ribatejo e Estremadura da Quercus onde cresci e, em grande parte, me formei e onde tive a felicidade de conhecer os mestres que tiveram a paciência e a sabedoria necessária para me orientarem e acompanharem. Aproveito para deixar aqui o meu agradecimento aos ainda colaboradores, José António Gaspar, Margarida Costa e Madalena Henriques e, claro, à Direcção deste Núcleo e colaboradores próximos em 1996.

Como foi o teu primeiro contacto com a Quercus?

Foi um admirável mundo novo...tinha sede de uma causa séria, onde sentisse que podia ajudar, ser útil e contribuir para a diferença e encontrei-a. Ainda nas lutas escolares e fascinada com os ideais que lia nos livros tinha-me envolvido recentemente nos meandros da política local mas depressa percebi que o meu

caminho não era por ali. O primeiro contacto com a Quercus foi quase por acaso, quando estava num ano escolar mau a terminar a única disciplina para completar o ensino Secundário, o Inglês, que tive conhecimento da existência de um programa do Instituto Português da Juventude chamado JVS - Jovens Voluntários para a Solidariedade, e que a Quercus estava à procura de alguém para preencher uma vaga. Candidatei-me e fiquei.

Há quanto tempo andas nisto?

Desde 1996, penso que, na altura, o programa JVS do IPJ tinha a duração de um ano, candidatei-me ao mesmo programa no ano seguinte e fiquei mais um ano, depois candidatei-me em 98 ao Programa Agir, também do Instituto Português da Juventude onde fiz uma formação de Técnicos de Gestão Associativa. Este programa era composto por uma parte teórica lecionada no IPJ de Santarém e uma parte prática que foi desenvolvida no Núcleo do Ribatejo e Estremadura da Quercus que na altura tinha um departamento de estudo do património cultural e com o qual colaborei no levantamento da Etnografia Oral do Concelho de Ourém. Depois disso ainda fiquei cerca de um ano como administrativa a dar apoio aos dois professores requisitados para a Educação Ambiental que estavam a trabalhar neste Núcleo. Mais tarde, seguindo os meus princípios de independência, resolvi seguir o meu caminho laboral e procurei trabalho noutros locais. Deixei de trabalhar na Quercus apesar de ter continuado sempre a colaborar como voluntária. Por outras paragens, a procura da liberdade e a ânsia por novos desafios e por aprender novas coisas levaram-me a encontrar novos locais de trabalho. Durante esse tempo de maior afastamento da Quercus fui colaborando em diversas iniciativas do Núcleo Regional, depois fui convidada para a Direção desta estrutura, entretanto, tinha começado também a colaborar voluntariamente com o Jornal Quercus para onde escrevia os "Contos da Natureza", e ao mesmo tempo fazia a gestão on-line da recém criada "loja da Quercus", depois, vi-me envolvida em iniciativas nacionais, mais tarde, voltei à Quercus como prestadora de serviços e claro que sempre acompanhada pela voluntária que ainda sou participei na criação e dinamização de vários programas educativos do Centro de Educação Ambiental de Ourém e na dinamização do projeto "Green Cork na Escola", do Condomínio da Terra. Em 2008 passei a trabalhar no projeto "Conservação ex-situ de Organismos Fluviais" mantendo, já em 2009, por mais um ano a colaboração com o Green Cork na Escola e a gestão on line da loja da Quercus, continuando a colaborar sempre que possível nos programas educativos do Núcleo do Ribatejo e Estremadura/ Centro de Educação Ambiental de Ourém, onde também sou tesoureira. Mais tarde, a gestão da loja on line foi transferida para o Núcleo do Porto e o Green Cork na Escola para a equipa do Condomínio da Terra e passei a colaborar nos projetos "Habitats Conservacion - Conservação de Habitats Naturais e Semi-Naturais nas Serras de Aire e Candeeiros", "Ecotone" e agora o "dQa".

O que mais gostaste de fazer na Quercus até hoje?

Muitas coisas...a Quercus para mim tem sido um sítio de aprendizagem e desafios constantes. Gostei muito da experiência de ser monitora de campos de férias, gostei muito de ir às escolas fazer sensibilização ambiental, o que ainda faço quando consigo tempo, gostei de participar em várias ações públicas da Quercus, gostei de acompanhar, desde as obras, o projeto de "Conservação ex-situ de Organismos Fluviais" e ver os progressos do projeto e do local... Gostei das muitas saídas de campo, de participar na luta ambientalista, enfim, gostei de tantas coisas...mas o que eu gostei mais foi da sensação de Missão Cumprida de cada vez que se atingiram objetivos e alcançaram metas.

E o que menos gostaste?

Do trabalho de gabinete, da parte burocrática. Também o faço e reconheço que alguém tem de o fazer e que é muito importante e necessário para quase todas as tarefas.

Confessa, qual é o teu maior pecado ambiental?

São pelo menos dois que confesso com sentimento de culpa: primeiro - há dias em que podia ir a pé para o trabalho, mas como quero sempre chegar mais depressa acabo por levar o carro. Segundo - Sou fumadora em constante processo de "a tentar deixar de fumar" e apesar de guardar sempre as minhas beatas acabo por contribuir para a poluição atmosférica.

Quais os teus principais desejos ambientais para Portugal?

Nesta matéria, não posso pensar Portugal sem pensar o resto do Planeta começando pela água que é um dos recursos mais importantes da Natureza, gostaria que conseguíssemos preservar os escassos e preciosos recursos hídricos e de garantir o acesso à água potável a toda a população do Planeta. Gostaria que as pessoas passassem a pensar nos problemas ambientais como problemas que as afetam e que querem ver resolvidos, se tornassem mais proativas nesta matéria, fossem mais exigentes na escolha dos produtos que consomem e exigissem mais responsabilidade para com as questões ambientais ao poder político. Gostava de ver uma população menos consumista e mais interventiva. Acredito que só a população tem o poder de mudar as coisas mas compreendo que enquanto houver pessoas a fazerem perguntas tão simples como: "onde vamos arranjar dinheiro para comer amanhã?" ou "como vamos pagar a renda da casa este mês?"; "como vamos arranjar dinheiro para pagar aquela consulta que precisei"... toma-se difícil preocuparem-se com os problemas ambientais. Felizmente, grande parte da sociedade portuguesa já alcançou a satisfação das suas necessidades mais básicas e espero que não se verifiquem retrocessos mas se pensarmos à escala global a situação é bem mais preocupante. Sou daquelas que ainda acredita que se houver vontade - muita vontade - será possível. 🌱

UMA ÁRVORE PELA FLORESTA

COMPRE JÁ A SUA NOS CTT!



€3

Venha com a Quercus e os CTT
plantar bosques **mais resistentes aos fogos**

<http://umaarvorepelaforesta.quercus.pt>